



FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

Relatório Anual

2020

Sumário

APRESENTAÇÃO	3	A FEBRABAN	16	4. ATUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	46
MENSAGEM DO PRESIDENTE	4	1. QUEM SOMOS	17	Setor bancário e finanças verdes	47
O SETOR	6	Públicos de relacionamento	18	Emissão de títulos e financiamentos verdes	49
1. SETOR BANCÁRIO EM NÚMEROS	7	2. GOVERNANÇA	19	Café com Sustentabilidade	50
2. DINÂMICA DO SETOR BANCÁRIO	9	Estrutura de governança	19	5. INSTITUTO FEBRABAN DE EDUCAÇÃO (INFI)	51
Cenário econômico	9	3. DESTAQUES INSTITUCIONAIS DE 2020	20	Certificação	52
Crédito	11	Diálogos com a sociedade	20	Prêmio INFI-FEBRABAN de Economia Bancária	52
Juros e spread	13	Autorregulação	29	CRÉDITOS	53
Taxa de inadimplência e endividamento	13	Regulação prudencial	34		
Captação de recursos	14	Ambiente regulatório	37		
Resiliência do setor bancário – Índice de Basileia	15	Ambiente de crédito	39		
		Ambiente operacional	41		
		Novas tecnologias e impactos nos negócios bancários	43		
		Relações trabalhistas	45		

Apresentação

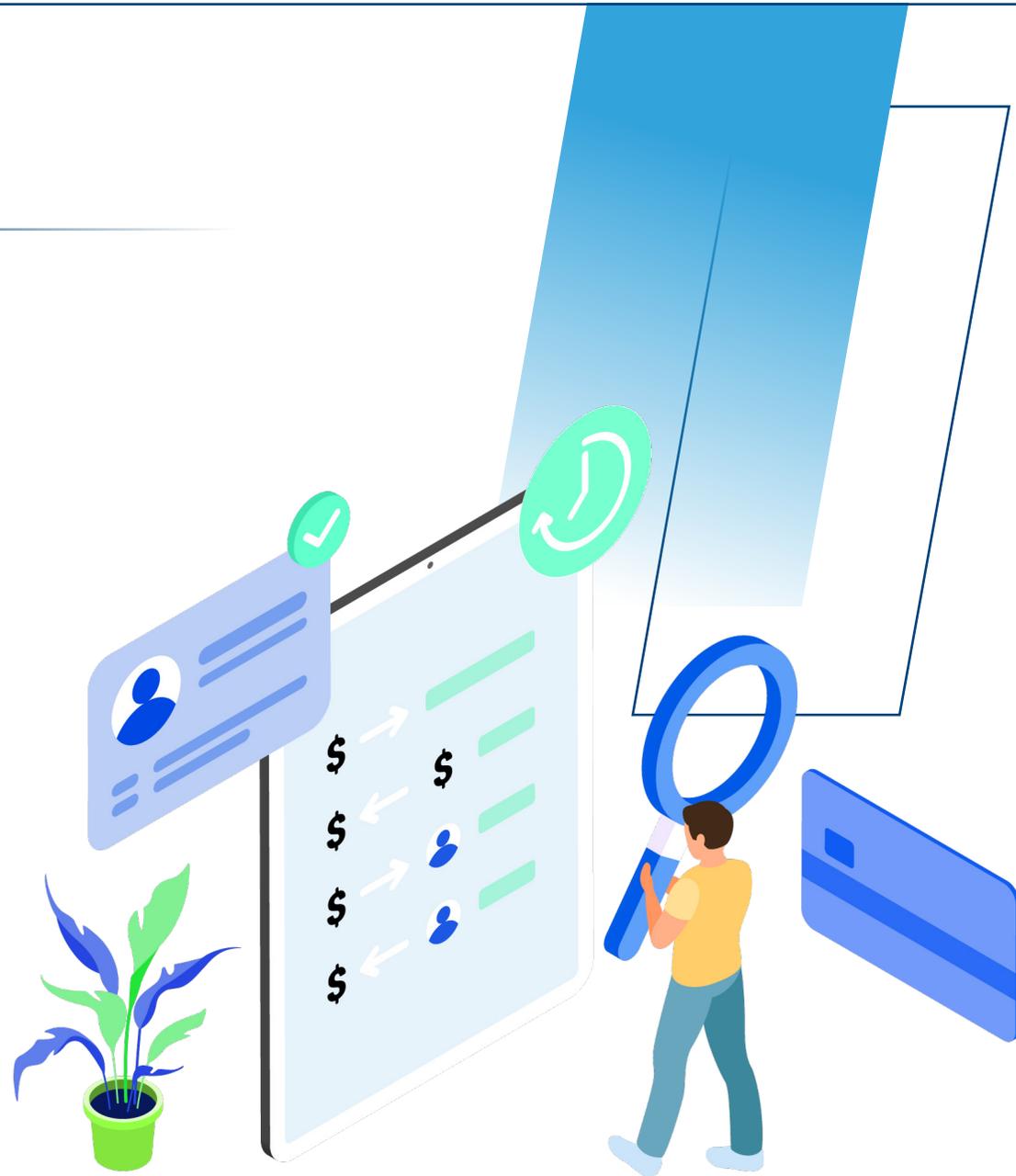
Esta edição do relatório anual traz o desempenho da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e de suas atividades relativas ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

O conteúdo deste relatório foi elaborado de forma a contemplar temas que refletem demandas e expectativas dos representantes das instituições financeiras associadas, bem como assuntos de interesse de seus demais públicos de relacionamento.

Entre esses temas, destacam-se imagem pública do setor, impactos da revolução digital, autorregulação bancária, responsabilidade socioambiental e outros aspectos relevantes para a atuação da FEBRABAN.

Este relatório apresenta, na primeira parte, os principais destaques do setor bancário, como dados de operações de crédito, transações com cartões e captação de recursos, entre outros.

Na segunda parte, aborda o perfil organizacional, a estrutura de governança e as principais ações institucionais, bem como as atividades de responsabilidade socioambiental e do Instituto FEBRABAN de Educação (INFI) em 2020.



Mensagem do Presidente

Em 2020, a extensão e o alcance da pandemia Covid-19, colocaram o sistema financeiro nacional à prova, provocando mudanças nos padrões sociais, inclusive nas relações de trabalho, apresentando inúmeros desafios.

Ciente do seu papel social, o sistema financeiro agiu rapidamente e com muita eficiência, atuando fortemente para mitigar os efeitos da pandemia.

Entre março e dezembro de 2020, o setor bancário empreendeu esforços para possibilitar a manutenção da prestação de serviços e, também, a proteção da saúde e a segurança de consumidores e bancários. Isso foi possível por meio da concessão de crédito, engajamento nos programas de estímulos lançados pelo governo, e da doação de R\$ 1,5 bilhão para infraestrutura hospitalar. Esta foi a maior iniciativa filantrópica já ocorrida no Brasil até hoje pelo setor privado.

As concessões de crédito no período somaram R\$ 3,4 trilhões, incluindo contratações, renovações e suspensão de parcelas, além disso, o setor renegociou 16,8 milhões de contratos com operações em dia, que têm saldo devedor total de R\$ 971,5 bilhões. A soma das parcelas suspensas dessas operações repactuadas totaliza R\$ 146,7 bilhões.

Os programas de estímulo do governo foram maciços e fundamentais, como o auxílio emergencial e as linhas de crédito com risco compartilhado. Para as micro e pequenas empresas foram concedidos R\$ 325,2 bilhões em crédito, incluindo novos contratos e renovações. No mesmo período, o setor bancário renegociou 1,75 milhão de contratos no valor total de R\$ 105,1

bilhões, com carência entre 60 e 180 dias para o pagamento e alívio no pagamento de parcelas de R\$ 17,4 bilhões.

No âmbito do Pronampe, foram realizadas 516,7 mil operações, com desembolsos de R\$ 37,5 bilhões, enquanto no PEAC-FGI os números chegam a 85,1 mil operações e R\$ 14,8 bilhões em desembolsos (apenas para as pequenas empresas).

Mesmo com todo esse cenário econômico e financeiro adverso e a volatilidade inerente ao momento, o setor bancário segue robusto e cumprindo a sua missão.

Graças à tecnologia e a experiência acumulada, mantivemos todos os serviços operantes, assegurando pleno fluxo financeiro e permitindo o funcionamento normal da economia, demonstrando que o sistema bancário brasileiro nunca esteve tão bem preparado para enfrentar uma crise.

Isto reafirma o sólido compromisso que o setor bancário e os bancos associados têm com o desenvolvimento sustentável, com um sistema de pagamentos ágil e seguro, voltado a facilitar a vida do consumidor.

Os bancos brasileiros estão constantemente investindo para padronizar e organizar um sistema dentro de um ambiente de comodidade e segurança para consumidores e clientes. Entre as áreas mais impactadas por investimentos estão as de infraestrutura, segurança e principalmente, as de tecnologia, com o desenvolvimento de sistemas e adequação dos sistemas legados; e a de experiência do usuário, para direcionar as mudanças nos canais digitais.

“O sistema financeiro agiu rapidamente e com muita eficiência, atuando fortemente para mitigar os efeitos da pandemia.”



Concessão de crédito de **3 trilhões** de reais



Doação de **1,5 bilhão** de reais para infraestrutura hospitalar



Prorrogação do vencimento de **135 bilhões** de parcelas



Renegociação de **16 milhões** de contratos

Para o próximo ano, investimentos em inteligência artificial, analytics e cibersegurança continuam de forma expressiva e prometem mudar de forma significativa os modelos operacionais e de negócios dos bancos, e devem trazer mais produtos e soluções bancárias inovadoras.

Novas funcionalidades que irão consolidar o Pix, como o Pix Cobrança, o Saque Pix e o Pix Garantido, além do início da adoção do Open Banking no Brasil estão entre os principais destaques da agenda de tecnologia do setor financeiro.

Em 2020 comemoramos o 30º aniversário do Código de Defesa do Consumidor, o Semarc, antes denominado Seminário de Relacionamento com Clientes. Rebatizado para Seminário de Relacionamento com o Consumidor há 16 anos, o Semarc reforça a disposição para o diálogo e institucionalização da agenda de proteção ao consumidor no sistema financeiro.

Os bancos criaram por meio da Autorregulação FEBRABAN um novo compromisso para a proteção do consumidor idoso. Dos 23 normativos de autorregulação atualmente existentes, 15 tratam do relacionamento e proteção do consumidor.



Investimento de 1 milhão de reais no Programa de Aceleração Meu Bolso em Dia

São compromissos voluntários que demonstram que os bancos estão atentos às necessidades dos seus clientes e aos principais temas demandados pela sociedade.

Além das iniciativas individuais dos bancos, a FEBRABAN tem uma notável trajetória de ações para educação financeira, sempre buscando gerar conhecimento que possa produzir, no longo prazo, transformações positivas no comportamento das pessoas, melhorando sua relação com o dinheiro e sua qualidade de vida. Nesse sentido, destacamos que educação financeira é um instrumento fundamental para as pessoas, para a sociedade, para o setor bancário e, principalmente, para a economia brasileira do século 21.

Em novembro, lançamos o Programa de Aceleração Meu Bolso em Dia para exponenciar o nosso compromisso de orientar o consumidor com projetos inovadores. Mais de 1 milhão de reais foram destinados a esse programa de estímulo à educação financeira.

O setor também tem consciência de que é necessário avançar no gerenciamento e na mitigação dos riscos socioambientais nos negócios com os clientes e canalizar cada vez mais recursos, principalmente privados, para financiar a transição para a economia verde. E sempre com a preocupação de garantir a estabilidade e resiliência do setor financeiro.

Sintonizados com as medidas do Banco Central, aperfeiçoamos o normativo de autorregulação socioambiental da FEBRABAN para incorporar temas emergentes e relevantes, a exemplo da questão climática e dos aspectos ESG ao negócio bancário.

O compromisso dos bancos com a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo se constata em números. Em 2020, foram feitas 248.989 comunicações de operações suspeitas, 110% a mais que em 2019. As comunicações de transações em espécie de valores igual ou superior a R\$ 50 mil, chegaram a 4.173.745, segundo dados do relatório de atividades do Coaf, volume 43% superior ao do ano anterior.

Ressaltamos que, quanto mais robustos e convergentes forem os controles dos bancos sobre ações de prevenção e lavagem de dinheiro, mais protegido estará todo o setor financeiro e a população.

Quanto à gestão de riscos no sistema financeiro, o Brasil, como signatário do Acordo de Basileia, também passou no teste. Está em estrita consonância com as recomendações no âmbito do G20, em plena vigência dos novos arcabouços regulatórios de capital, alavancagem e liquidez.

Temos grandes desafios para avançar em 2021. Devemos trabalhar com muito afinco na superação das nossas vulnerabilidades, muitas delas estruturais e que orientam diretamente o ambiente de negócios e o apetite por investimentos.

Não há outro caminho para a retomada, senão pela visão integrada e articulada entre poderes e setores estratégicos da economia. Importantíssimas são as reformas que estão em tramitação no congresso, com especial ênfase para aquelas que podem destravar o crescimento e fomentar a produtividade.

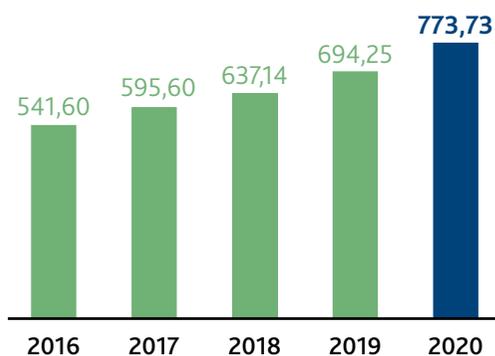
Isaac Sidney Menezes Ferreira

The background is a solid teal color. It features several overlapping geometric shapes: a large green trapezoid on the left, a white trapezoid overlapping its bottom edge, a green trapezoid at the top right, and a white trapezoid at the bottom right. The text 'O Setor' is positioned in the upper left area, overlapping the white trapezoid.

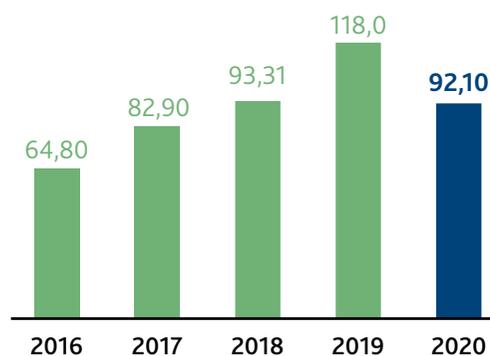
O Setor

Setor Bancário em Números

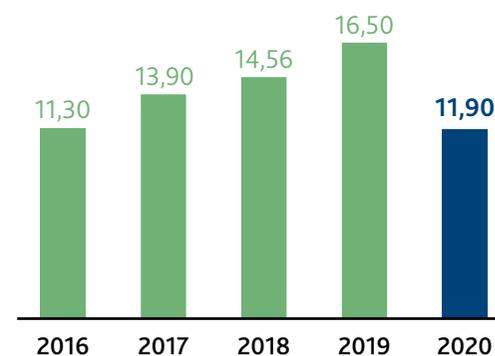
Patrimônio líquido do setor bancário
(R\$ bilhões)*



Lucro líquido do setor bancário
(R\$ bilhões)*

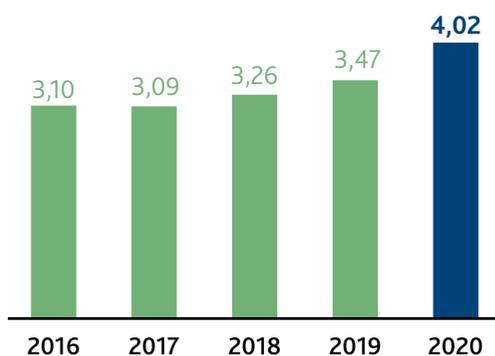


Retorno sobre patrimônio líquido do setor bancário (%)

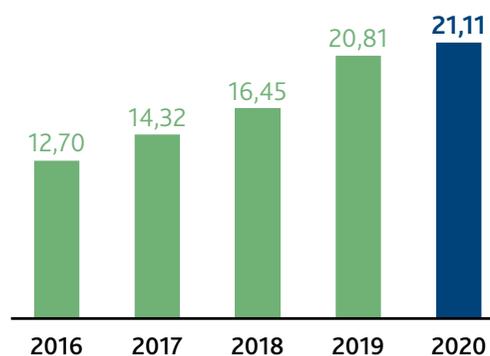


* Valores revisados para critérios de segmentação B1 e B2 do Banco Central do Brasil (BCB).

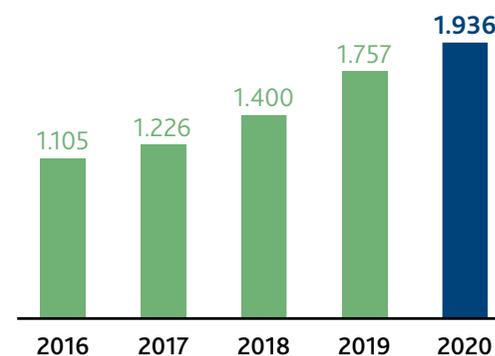
Operações de crédito
(R\$ trilhões)



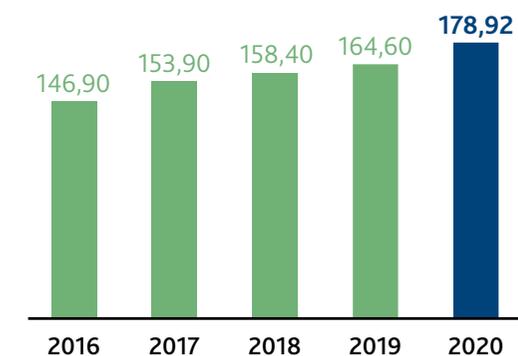
Transações com cartões de crédito e débito
(R\$ bilhões)



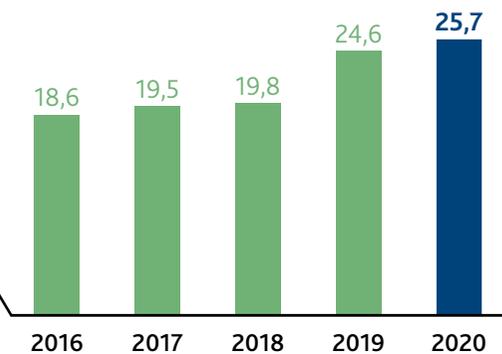
Valor das transações com cartões de crédito e débito
(R\$ bilhões)



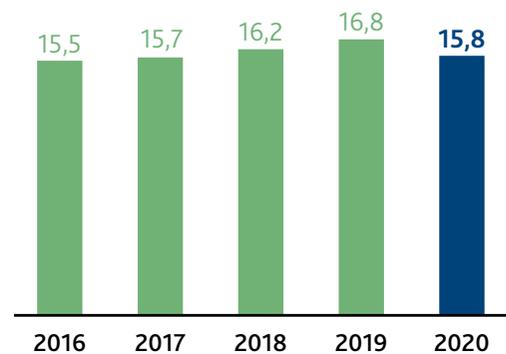
Consumidores com relacionamentos ativos no sistema
(R\$ milhões)



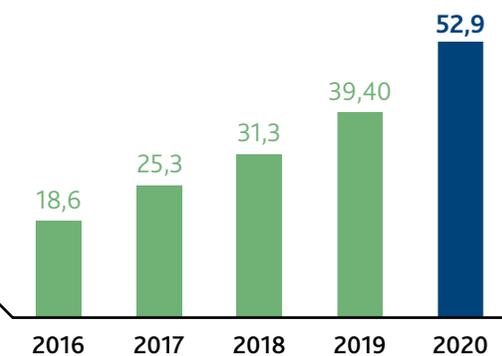
Investimento em tecnologia
(R\$ bilhões)



Transações em canais digitais
Internet banking (R\$ bilhões)



Transações em canais digitais
Mobile banking (R\$ bilhões)



Dinâmica do Setor Bancário

CENÁRIO ECONÔMICO

A economia mundial foi duramente atingida em 2020 pela crise decorrente da pandemia Covid-19, com retração de 3,3%, a primeira recessão global desde 2009 (-0,1%).

A economia brasileira não saiu ileso de tal evento, com queda do PIB de 4,1%, terceira maior recessão da história do País, inferior apenas aos anos de 1990 (-4,35%), no confisco da caderneta da poupança; e, em 1981 (-4,25%), na crise da dívida externa.

De toda forma, o desempenho da economia brasileira pode ser considerado satisfatório no ano, dado que no início da pandemia algumas instituições chegaram a projetar queda ainda mais intensa da atividade em 2020, de até 9,0%.

Além disso, do ponto de vista internacional, o Brasil apresentou resultado melhor que alguns países avançados, como Reino Unido (-9,9%), União Europeia (-6,8%) e Japão (-4,8%), e outros emergentes, como os vizinhos latino-americanos: Argentina (-9,9%), México (-8,5%) e Colômbia (-6,9%), por exemplo.

Após a intensa queda da atividade no segundo trimestre de 2020 (-9,2%), quando foram adotadas rígidas medidas de restrição social, a economia registrou rápida recuperação no segundo semestre, refletindo uma série de fatores, como o abrandamento da primeira onda da pandemia e gradual reabertura das

atividades econômicas, e diversas políticas de estímulo, seja de caráter fiscal (programa Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda – BEm), seja monetário (redução da taxa Selic para níveis históricos), seja de crédito (liberação de liquidez pelo BCB e programas de crédito público – Pronampe, por exemplo).

Apesar do desempenho econômico melhor que o esperado, a recessão atingiu profundamente o mercado de trabalho, cuja taxa de desemprego média subiu de 11,9% (em 2019) para o nível recorde de 13,5%.

Outro aspecto bastante preocupante são as condições das contas públicas. A combinação de recessão econômica com elevado nível de gastos para mitigar os impactos decorrentes da pandemia fez com que o governo federal registrasse déficit primário de 10,0% do PIB, também recorde. Nesse sentido, a dívida pública bruta atingiu o patamar histórico de 88,8% do PIB, prejudicando a situação fiscal do País.

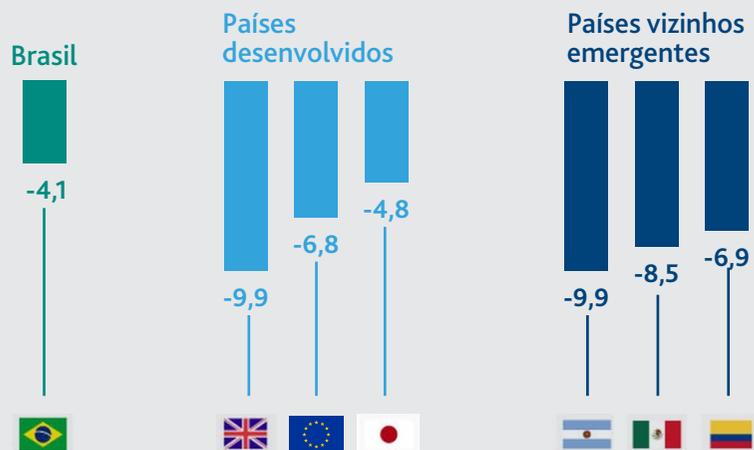
Em 2021, a expectativa é de recuperação, com crescimento próximo a 4,0% do PIB. Essa projeção é baseada na estimativa de que boa parte da população será vacinada até meados do ano, fato que permitirá maior reabertura da economia, em especial, no segundo semestre.

Além disso, a combinação de maciços estímulos econômicos no mundo, principalmente nos países desenvolvidos, têm levado a uma rápida recuperação econômica global e aumentado a demanda e o preço de commodities em geral, o que beneficia o Brasil.

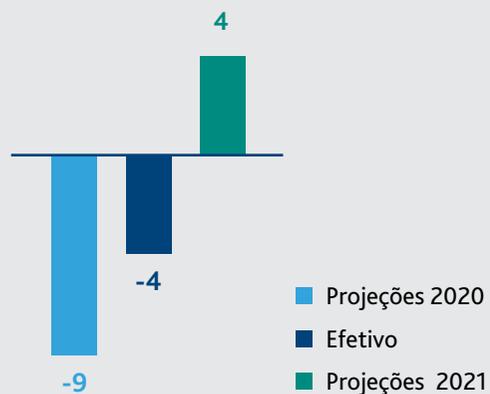
Esse aumento de preços, entretanto, tem pressionado a inflação em todo o mundo, inclusive no Brasil, o que fez o Banco Central subir a taxa Selic. Para 2021, a elevação da Selic não deve ser um problema em termos de recuperação econômica, mas pode ser algo restritivo a partir de 2022, a depender da intensidade das pressões inflacionárias que estão se acumulando e da magnitude de sua elevação.



PIB brasileiro em relação a alguns países estrangeiros em 2020



PIB brasileiro efetivo x projeção 2021/2021



Taxa de desemprego média (%)



Em 2021, a expectativa é de recuperação, com crescimento próximo a 4,0% do PIB. Essa projeção é baseada na estimativa de que boa parte da população será vacinada até meados do ano.



CRÉDITO

A concessão de crédito pelos bancos em 2020 apresentou volumes e índices históricos. No ano, dados do Banco Central revelam que o sistema financeiro concedeu o total de R\$ 4,1 trilhões em recursos para a economia, com volume médio de R\$ 344,0 bilhões por mês – 5,3% superior a 2019.

Ao mesmo tempo, o estoque de crédito bancário alcançou a inédita marca de R\$ 4,0 trilhões, com crescimento de 15,6% em 2020, o maior em termos percentuais desde 2012 (+16,4%). Com o forte avanço, a relação crédito/PIB passou de 46,9% em 2019 para 54,0% em 2020, também atingindo seu maior patamar histórico.

Assim, mesmo em período de intensa crise econômica decorrente da Pandemia, o crédito mostrou expansão robusta e disseminada entre seus segmentos, reforçando o importante papel que o sistema financeiro desempenhou para evitar uma recessão mais aguda em 2020, além de ajudar no atual processo de recuperação. Para tanto, foram fundamentais as medidas emergenciais adotadas pelo Ministério da Economia e Banco Central.

No ano, o destaque foi a carteira PJ, que fechou 2020 com forte expansão de 21,8%, a maior desde 2008 (+36,7%). O crescimento foi homogêneo entre os recursos, com alta de 22,8% nas operações com recursos direcionados e de 21,2% nos recursos livres.

A carteira direcionada foi beneficiada pelos estímulos dos programas públicos de crédito, como o Pronampe e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC-FGI), destinados às micro, pequenas e médias empresas (MPME).

No caso das operações livres, destaque para o capital de giro, principal linha da modalidade, que expandiu 46,4% no ano. Nesse sentido, em abril de 2020, em meio a eclosão da pandemia, o volume de concessões de crédito registrou alta de 60% em relação a março, R\$ 216,3 bilhões no mês, mostrando que a necessidade de liquidez das empresas foi prontamente atendida pelos bancos.

A carteira destinada às famílias teve alta mais modesta, embora acima de dois dígitos (+11,2%). Dentre os recursos, o comportamento foi diferente ao longo do ano.

As operações com recursos livres sofreram forte impacto negativo no início da crise, com expressiva retração das linhas de consumo, como o cartão de crédito, notadamente impactadas pelas restrições de mobilidade. A carteira PF com recursos livres, que até então mostrava expansão anual acima de 16%, chegou a reduzir seu ritmo de crescimento pela metade (8,2% em julho), mas mostrou boa recuperação a partir do segundo semestre, favorecida pela retomada da atividade e por algumas medidas de estímulo. A carteira PF livre, a mais prejudicada pela pandemia, encerrou 2020 com alta de 10,7%.

Já a carteira PF com recursos direcionados acelerou seu ritmo ao longo do ano e fechou 2020 com expansão de 11,7%, a maior desde 2015 (+12,3%). Esse movimento foi liderado pelo forte avanço do crédito imobiliário, que tem se beneficiado das taxas de juros em patamar historicamente baixo. O crédito rural, com importante participação nesse segmento, também mostrou bom desempenho no ano (+13,7%).

No âmbito do Pronampe, foram realizadas 516,7 mil operações, com desembolsos de R\$ 37,5 bilhões, enquanto no PEAC-FGI os números chegaram a 85,1 mil operações e R\$ 14,8 bilhões em desembolso.

Dados do Banco Central revelam que o sistema financeiro concedeu o total de **R\$ 4,1 trilhões** em recursos para a economia em 2020.



Para as micro e pequenas empresas, entre 16 de março e 31 de dezembro, o setor bancário fez concessões de crédito de R\$ 325,2 bilhões. Foram renegociados 1,75 milhão de contratos, no total de R\$ 105,1 bilhões, com carência entre 60 e 180 dias, com alívio no pagamento de parcelas de R\$ 17,4 bilhões. Essa postergação permitiu que as empresas mantivessem esses recursos em seu poder para honrar outros compromissos.



CRÉDITO RURAL

No ano agrícola 2019/2020 (entre julho/2019 à junho/2020), segundo dados do Banco Central, o volume financeiro de operações de crédito rural contratadas foi de R\$ 189,8 bilhões, aumento de 9,9% em relação à safra anterior (R\$ 172,9 bilhões). Já no primeiro semestre do ano agrícola 2020/21 (julho/20 a junho/21), foram R\$ 122,6 bilhões em contratações (aumento de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 106,6 bilhões).

As políticas agrícolas praticadas pelos órgãos de governo nos últimos anos têm adotado premissas com foco na priorização dos recursos oficiais (subsidiados com taxas de juros controladas) para o atendimento a pequenos e médios produtores, e a participação de grandes tomadores (como agroindústrias) no mercado de capitais (com taxas de juros de mercado). Reflexo disso é a expansão no crescimento das operações originadas por fontes de mercado, como é o caso dos títulos do agronegócio – CPR, CDCA, CRA e LCA.

Em 07/04/2020, foi publicada a Lei 13.986/20, que promoveu avanços importantes para o agronegócio, modernizando o ambiente regulatório para a concessão de crédito ao setor e introduzindo novos instrumentos legais (como por exemplo o Fiagro). Estima-se que o financiamento por meio do mercado de capitais deve se expandir ainda mais.

Outra frente priorizada pela FEBRABAN é a desburocratização e modernização da atual sistemática de concessão do crédito rural oficial. Um trabalho realizado em 2020 indicou os principais entraves operacionais e regulatórios existentes, propondo soluções e ideias para simplificar processos, reduzir o custo de observância das instituições, e assim propiciar uma oferta de crédito mais ágil e eficiente ao produtor. Discussões sobre o tema tem ocorrido com o Banco Central, Ministério da Agricultura, Ministério da Economia e Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e devem prosseguir ao longo de 2021.



JUROS E SPREAD

As taxas de juros e os spreads bancários mostraram seguidos recuos mensais no período, com algumas linhas em suas menores taxas históricas, mesmo diante do aumento do risco nas operações de crédito, da expectativa de maior inadimplência, que se materializou na elevação das provisões de devedores duvidosos (PDD), e da forte elevação do saldo de crédito.

A taxa média de juros do SFN recuou de 22,6% a.a. em dezembro de 2019 para 18,4% a.a. em dezembro de 2020, além de atingir sua mínima histórica em setembro de 2020 (18,1% a.a.). Assim, no ano, a queda da taxa média de juros foi de 4,2 p.p., dando sequência a um processo iniciado em 2016, com o ciclo de flexibilização da Selic.

Já o spread bancário caiu de 17,8 p.p. para 14,5 p.p. no mesmo período, também convergindo para baixo patamar histórico e consideravelmente inferior ao nível pré-pandemia (18,5 p.p. em fevereiro de 2020).

O recuo das taxas tem efeito positivo sobre a expansão do crédito. É o caso, por exemplo, do financiamento imobiliário, cuja taxa de juros recuou para patamar próximo à mínima histórica, fato que estimulou novas contratações e levou a um saldo recorde.

TAXA DE INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO

A taxa média de inadimplência (atrasos acima de 90 dias) convergiu para patamar historicamente baixo e chegou a 2,1% a.a. em dezembro de 2020, consideravelmente abaixo das taxas registradas nos meses anteriores à pandemia, quando superavam os 3,0% a.a., e do fechamento de 2019 (2,9% a.a.). O recuo foi observado tanto no segmento PF (de 3,5% a.a. para 2,9% a.a.) quanto na carteira PJ (de 2,1% a.a. para 1,2% a.a.).

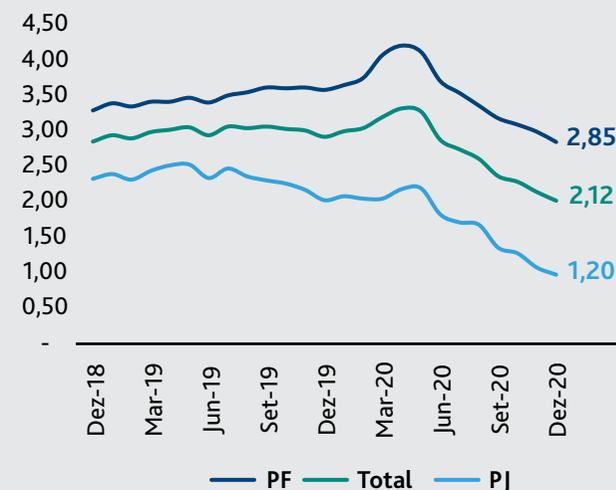
As séries de atraso (entre 15 e 90 dias) também mostraram melhora: passaram de 4,3% a.a. em 2019 para 2,9% a.a. em 2020, com os segmentos PF e PJ atingindo seus menores patamares históricos.

O movimento decorreu, em grande parte, dos programas de renegociação de dívidas, do elevado prazo de carência de diversas linhas de crédito concedidas durante a pandemia, além dos programas de transferência de renda para as famílias, que auxiliam na quitação de contratações.

Ainda que as taxas de inadimplência se mantenham em níveis baixos, os indicadores de atrasos começaram a sinalizar movimento de alta a partir do quarto trimestre de 2020, especialmente para o segmento PF.

O endividamento das famílias com o sistema financeiro, por sua vez, avançou de 48,8% para 56,5%, com boa parte (40%) sendo representada pelo crédito habitacional.

Taxa de Inadimplência (acima de 90 dias) - Total (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil.

Endividamento das famílias em relação à renda (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O estoque de captação pelo certificado de Depósito Bancário (CDB) expandiu 58,1% ante o ano anterior e registrou saldo de R\$ 1,6 trilhão em 2020.

A caderneta de poupança também mostrou forte crescimento, de 17,3% (em termos reais) ante 2019, com saldo de R\$ 1,036 trilhão em dezembro de 2020. No acumulado do ano, a captação líquida da poupança somou R\$ 172,0 bilhões, recorde da série histórica, iniciada em 1995.

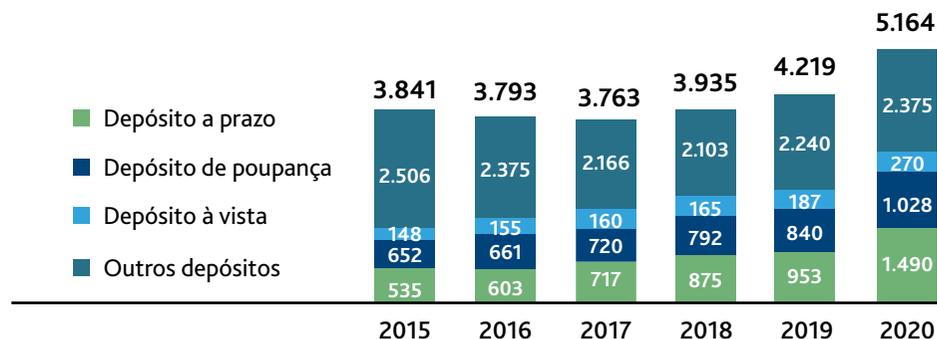
Esse resultado está atrelado às diversas consequências trazidas pela pandemia, entre elas a redução dos gastos de diversas famílias, especialmente com serviços, adiados (poupados) para fazer frente às incertezas impostas pela crise.

Além disso, deve-se ressaltar a injeção de liquidez no sistema financeiro pelo Banco Central, e as políticas governamentais, como o auxílio emergencial, que geraram efeito positivo sobre a renda agregada das famílias, compensando a redução causada pelo desemprego ou pela menor carga de trabalho.

As letras financeiras, por sua vez, registraram saldo de R\$ 251 bilhões em 2020, com queda de 28% ante o ano anterior. No mesmo sentido, as letras de crédito fecharam o ano com saldo de R\$ 276 bilhões, declínio de 7% em relação a 2019.

Por fim, os depósitos à vista encerram 2020 com saldo de R\$ 332,2 bilhões, com forte crescimento de 51,4% ante 2019.

Volume de captações (em R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil.



MARGEM DE JUROS (CRÉDITO E TÍTULOS)

O resultado de intermediação financeira do setor bancário foi fortemente afetado pela pandemia. De acordo com os dados do Banco Central, de 2019 para 2020, o resultado consolidado do setor caiu praticamente pela metade, passando de R\$ 278,2 bilhões para R\$ 150,9 bilhões, queda de 45,7%.

Em relação às receitas, o recuo foi modesto, de apenas 1,4% no período. Esse resultado foi favorecido devido às operações de crédito, que mostraram expansão de 4,2% no ano, explicada pelo expressivo crescimento da carteira de crédito (+15,6%) em 2020.

Quanto às despesas, o impacto foi elevado, com forte alta de 21,7% ante o ano anterior, de R\$ 533,7 bilhões para R\$ 649,7 bilhões. O principal motivo foi o aumento no volume de provisões para crédito de devedores duvidosos (PDD) com o intuito de enfrentar a perspectiva de futura inadimplência causada pela pandemia.

O maior aporte de PDD foi realizado no primeiro semestre de 2020, com 55,9% superior ante o primeiro semestre do ano anterior. No entanto, as melhores condições macroeconômicas na segunda metade de 2020 permitiram redução gradual no volume de provisões.

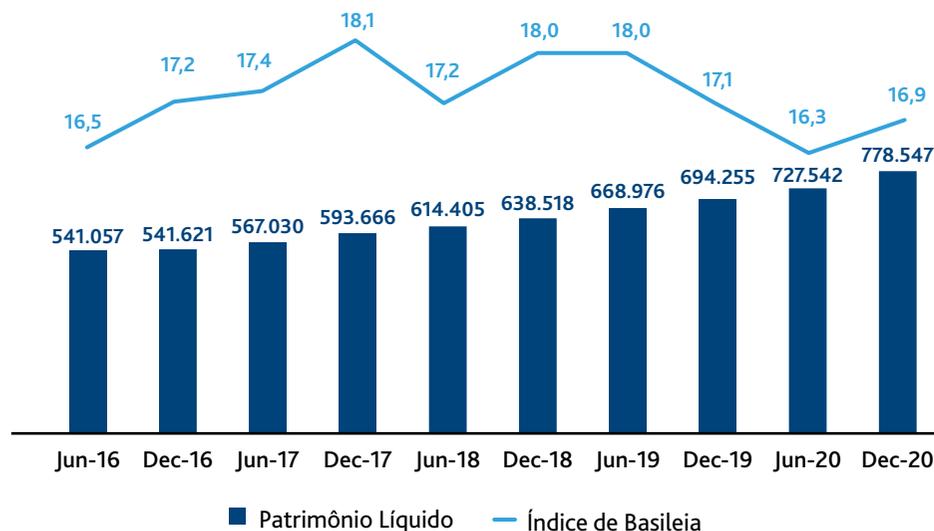
RESILIÊNCIA DO SETOR BANCÁRIO – ÍNDICE DE BASILEIA

A estabilidade financeira depende da resiliência das instituições para absorver riscos e choques.

Apesar dos efeitos adversos da pandemia, o sistema bancário manteve-se sólido e, no final de 2020, com a redução da fase mais aguda e as medidas adotadas pelo Banco Central para combater a crise, o Índice de Basileia já mostrava gradual retorno ao patamar pré-pandemia, iniciada em março de 2020.

O sistema bancário brasileiro encerrou o ano com Índice de Basileia (Capital Total) em 16,9%, ante 17,1% em 2019, e recuperou-se ante o patamar de 16,3% atingido em junho de 2020.

No que se refere ao Capital Principal, de maior qualidade, os bancos registraram índice de 13,3% em dezembro de 2020, ante 13,0% em dezembro do ano anterior.



The background is a dark blue gradient. It features several abstract geometric shapes: a large white shape on the left, a blue shape on the top right, and a blue shape on the bottom left. The text 'A FEBRABAN' is centered in the middle of the image.

A FEBRABAN

Quem Somos

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) conta com 117 instituições associadas, que respondem por 97% do patrimônio líquido e 98% dos ativos totais de todo o segmento no Brasil.

A Federação busca continuamente contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País, e aprimorar o sistema financeiro e suas relações com a sociedade.

Entre seus objetivos permanentes estão: representar os associados em todas as esferas do governo, interagir com autoridades e instituições na elaboração e no aperfeiçoamento do sistema normativo, desenvolver iniciativas para melhorar a produtividade do setor bancário e direcionar esforços para viabilizar o acesso da população a produtos e serviços financeiros.

A FEBRABAN, comprometida com princípios de ética e integridade, mantém o Programa de conformidade com a legislação de defesa da concorrência com o objetivo de sensibilizar associados e funcionários sobre a importância do compliance na prevenção de infrações de ordem econômica, bem como suas consequências adversas. A íntegra do documento está disponível em portal.febraban.org.br.

Ademais, a Federação participa de associações e organizações nacionais ou internacionais relacionadas ao seu setor de atuação e/ou mantém parcerias e compromissos que defendem temas comuns, tais como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), Sustainable Banking Networking (SBN), United Nations Environment Program/Finance Initiative (Unep/FI).

A FEBRABAN também atua junto a órgãos públicos nas três esferas de poder por meio de grupos de trabalho e comissões, fazendo importante interlocução entre governo e setor bancário. Entre os temas relevantes estão segurança pública, relações de consumo, emprego e renda, diversidade e inclusão e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em 2020, a FEBRABAN empenhou-se internamente na adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Destacam-se a implementação do conceito de Privacy by Design e treinamento de funcionários; e melhorias adicionais quanto aos níveis de segurança da informação.

A FEBRABAN finalizou o ano de 2020 com 131 funcionários, além de três estagiários e um aprendiz, e 10 profissionais terceirizados, nas áreas de manutenção, segurança patrimonial, limpeza e copa.

Em 2020, devido à pandemia, funcionários e estagiários/aprendizes trabalharam em esquema de home office, conforme protocolos estabelecidos pelas autoridades na área da saúde. Nesse período, foram realizados investimentos e ajustes adicionais em tecnologia para dar suporte a todos que exerceram suas atividades remotamente, bem como disponibilizados notebooks e acessórios de ergonomia para proporcionar maior bem estar às equipes.

Para garantir a saúde e a segurança dos funcionários que trabalharam presencialmente, as instalações foram sinalizadas para orientar a todos sobre distanciamento físico, ocupação dos ambientes e medidas de prevenção.



Saiba mais sobre missão, visão e valores em portal.febraban.org.br.

PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO

Objetivos permanentes

- Representar os associados em todas as esferas do governo.
- Interagir com autoridades e instituições na elaboração e no aperfeiçoamento do sistema normativo.
- Desenvolver iniciativas para melhorar a produtividade do setor bancário.
- Direcionar esforços para viabilizar o acesso da população a produtos e serviços financeiros.



Demandas e compromissos do setor financeiro





Governança

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

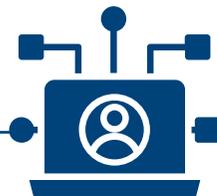
A estrutura de governança da FEBRABAN reúne conselhos, compostos por representantes dos bancos associados e de outros setores econômicos, e diretorias, formadas por profissionais que atuam em contato direto com esses segmentos.

A FEBRABAN lidera 31 comissões técnicas, das quais 18 são comissões executivas e 13 setoriais, que desenvolvem estudos e atividades que orientam as práticas da entidade e de seus associados, além de 43 subcomissões e diversos grupos de trabalho para avaliação de temas específicos, com foco no aprimoramento da governança do sistema bancário e em benefício da sociedade.

Ressalta-se que, em 2020, iniciaram-se as atividades da Comissão Setorial de Microcrédito.

Faz parte também da estrutura geral da FEBRABAN a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), o braço sindical do sistema financeiro, que representa os associados em todas as questões trabalhistas e nas negociações dos acordos coletivos de âmbito nacional.

Saiba mais sobre o organograma, as instituições integrantes dos Conselhos e da Diretoria-Executiva, e as comissões técnicas em portal.febraban.org.br, Nossa Estrutura.



Destaques Institucionais de 2020

DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE

A FEBRABAN dissemina conhecimento e marca seu posicionamento sobre assuntos de interesse das instituições financeiras e de seus demais públicos por meio de portais e canais de informação, destacando-se o **FEBRABAN News**, realização de eventos, produção de estatísticas do setor bancário e pesquisas, com o objetivo de fomentar a recuperação econômica, envolver-se com protagonismo em temas importantes para sociedade, além de articular a reflexão e o debate por meio de um diálogo transparente.

Em 2020, foram realizadas 47 transmissões ao vivo entre lives e eventos tradicionais da FEBRABAN, como CIAB, PLD e G-Risc, para debater efeitos da pandemia, perspectivas, situação econômica, consumo, saúde, emprego, investimentos e outros temas.

Os canais digitais foram incrementados com conteúdos exclusivos e ganharam novo dinamismo com entrevistas relevantes, com atores políticos, economistas e empresários, possibilitando a FEBRABAN tornar-se fonte de informação com credibilidade, num tempo em que fake news são disseminadas pela internet.

As entrevistas estão disponíveis, nas redes FEBRABAN e na plataforma **noomis**, e podem ser acessadas a qualquer momento, tornando-se um registro importante desse período da pandemia.

Ingressamos em novas mídias sociais, como por exemplo o Instagram e as plataformas de áudio (Spotify, Deezer e outras), em que foram veiculados podcasts exclusivos com entrevistas e conteúdos do setor bancário, da agenda ESG, de inovação e tecnologia.

Em 2020, a FEBRABAN também desenvolveu novo modelo de diálogo com Brasília. A discussão sobre um tema tão importante como a reforma tributária ocorreu por meio de parceria com a CNI, que montou um estúdio para transmitir este e outros debates, pela internet. Foram realizados 6 webinars sobre o tema, envolvendo os relatores, os presidentes da Câmara e do Senado, e diversos economistas.

Outro destaque importante foi a criação do estudo **Observatório FEBRABAN**, que divulga pesquisas com a opinião do brasileiro sobre os mais variados temas. Em parceria com o Ipespe, a iniciativa é parte de uma série de medidas para ampliar a aproximação dos bancos com a população e a economia real, de forma cada vez mais transparente. Estudos realizados, em 2020, trouxeram à tona debates relevantes, como a retomada pós-pandemia; o papel da mulher na economia familiar, a importância da Amazônia; o acesso à internet; e a perspectiva para 2021.

Em 2020, foram realizadas **47 transmissões** ao vivo entre lives e eventos tradicionais da FEBRABAN.

Em parceria com a CNI, foram realizados **6 webinars** sobre o tema: reforma tributária, envolvendo relatores, presidentes da Câmara e Senado e diversos economistas.



Todo esse conteúdo exclusivo está disponível em news.febraban.org.br.

Apoio a projetos externos

PROJETO ARRECADAÇÃO SOLIDÁRIA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A FEBRABAN apoiou o projeto Arrecadação Solidária, lançado em abril de 2020 pelo governo federal, no âmbito do Programa Pátria Voluntária, cujo objetivo é apoiar grupos vulneráveis da sociedade tendo como prioridade grupos de risco, idosos e comunidades que estavam sofrendo com os efeitos sociais e econômicos da pandemia do coronavírus.

O valor de R\$ 1 milhão foi destinado pela FEBRABAN ao Programa Todos pela Saúde, que intermediou o atendimento às Instituições de Longa Permanência para Idosos em todas as regiões do País, selecionadas pela governo federal.

MOVIMENTO AR: NÓS QUEREMOS RESPIRAR, VIDAS NEGRAS IMPORTAM

O Movimento AR: Nós Queremos Respirar, Vidas Negras Importam foi lançado em junho de 2020 pela Faculdade Zumbi dos Palmares e pela ONG Afrobras.

A FEBRABAN, reconhecendo a importância do tema, adquiriu uma cota de patrocínio, no valor de R\$ 150 mil, e estimulou seus associados a aderirem também a esse importante projeto.

Além disso, por meio de sua Subcomissão de Diversidade, a FEBRABAN discute, permanentemente, os avanços relacionados às ações práticas e objetivas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial contra negros na direção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

ELEIÇÕES 2020 – PROTEÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DE MESÁRIOS E ELEITORES

Diante da crise sanitária causada pela Covid-19, autoridades eleitorais, sanitárias e políticos criaram uma frente de apoio para arrecadar doações voltadas às eleições de novembro de 2020.

A FEBRABAN foi convidada, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a participar, juntamente com outras empresas doadoras, de uma aliança colaborativa em prol da saúde e da segurança sanitária de mesários e eleitores.

O apoio da entidade ocorreu por meio da doação de máscaras e álcool gel, suporte na logística de distribuição dos itens em todo o território nacional, além de ações de comunicação.



CIAB

Mesmo com toda a adversidade enfrentada em razão da pandemia, a FEBRABAN inovou e realizou pela primeira vez uma edição on-line do CIAB.

A 30ª edição do CIAB, o maior congresso de tecnologia e inovação do setor financeiro da América Latina, foi realizada em formato digital, com acesso aberto e gratuito por meio da **plataforma noomis**, contando com 40 palestrantes em 7 painéis. Cerca de 50 mil usuários acompanharam o evento nos três dias de palestras; e geraram mais de 350 mil visualizações de página.

Em três dias de lives sucessivas, praticamente ininterruptas, os visitantes tiveram acesso a diferentes visões e ao que acontece no setor no Brasil e no mundo, destacando-se impactos da Covid-19, caminhos para a retomada, inteligência artificial; sistema de pagamentos instantâneo Pix, futuro dos meios de pagamentos; internet das coisas, negócios inteligentes à chegada do 5G; LGPD, cibersegurança e privacidade dos dados.

A plataforma <https://noomis.febraban.org.br> estende a experiência do CIAB durante os 365 dias do ano e cria um ponto de encontro virtual, fomentando discussões sobre a evolução tecnológica e todas as novidades do setor.

A noomis traz conteúdo informativo, exclusivo e analítico, com reportagens, blogs, vídeos, podcasts, fóruns e newsletter sobre tecnologias disruptivas, transformações digitais e o futuro do sistema financeiro com o objetivo de consolidar a imagem do setor como vanguarda na área tecnológica, abrangendo também temas que incluem e priorizam a sociedade no debate, como a agenda ESG.

Em 2020, a plataforma ganhou destaque na transmissão e produção dos eventos da Federação que passaram do presencial para o virtual.

30ª edição CIAB:

50 mil usuários no total

40 palestrantes

350 mil visualizações de páginas

20 empresas parceiras/patrocinadores

Plataforma noomis:

38 eventos transmitidos ao vivo

1 milhão de usuários

4 milhões de visualizações de páginas

654 conteúdos exclusivos

18 especialistas colunistas na plataforma



Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária

Divulgada em junho de 2021, a Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária, com dados referentes a 2020, contou com a participação de 21 instituições, que representam 87% dos ativos do segmento no Brasil, além de 17 executivos da área de tecnologia de 10 bancos.

Entre outras informações, a pesquisa mostra as tendências de investimentos, bem como analisa a relação dos consumidores com os canais de atendimento bancários.

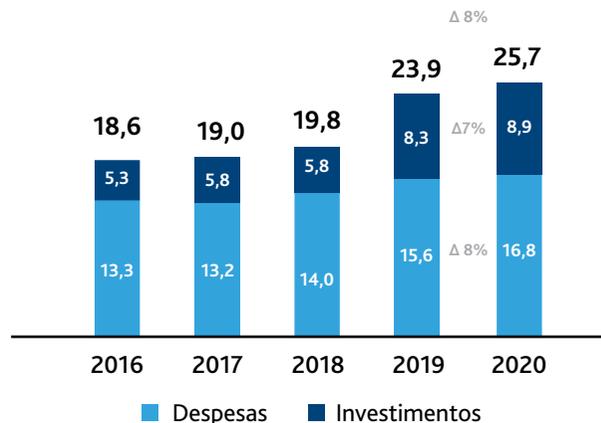
Investimentos em tecnologia

Em 2020, o investimento dos bancos em tecnologia – no qual inteligência artificial, segurança cibernética e trabalho remoto foram prioridades – subiram 8%, alcançando R\$ 25,7 bilhões. Desse total, 10% foram destinados à cibersegurança, essencial para alavancar crescimento escalável, atender às novas regulamentações e apoiar o modelo home office em termos de pessoal, capacitação, ferramentas e processos.

Total de transações bancárias

O total de transações bancárias registrou crescimento de 20%, o maior dos últimos anos, sendo o mobile banking o canal responsável por mais da metade das transações.

Orçamento em tecnologia (em R\$ bilhões)

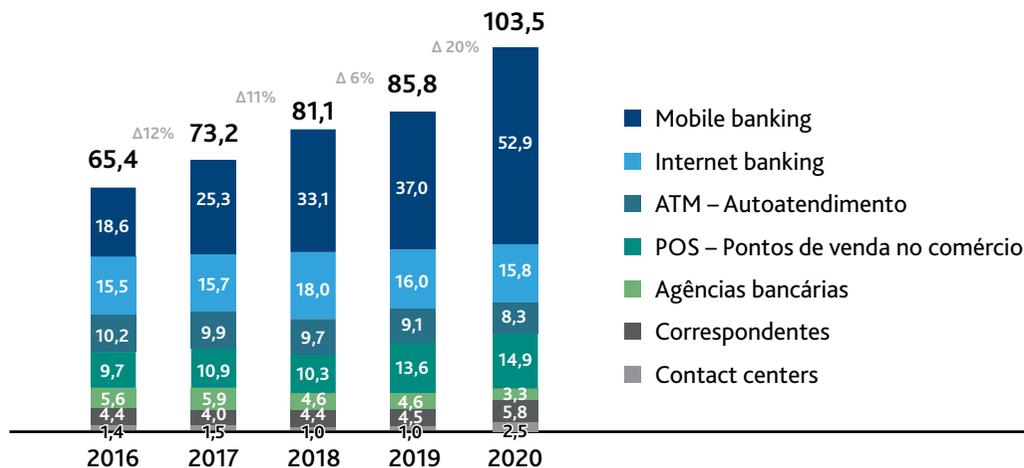


Expectativa de crescimento para 2021

↑ 30%

¹Fonte: Média ponderada calculada a partir das informações fornecidas pelos executivos entrevistados na Pesquisa FEBRABAN 2021.

Total de transações bancárias (em R\$ bilhões)

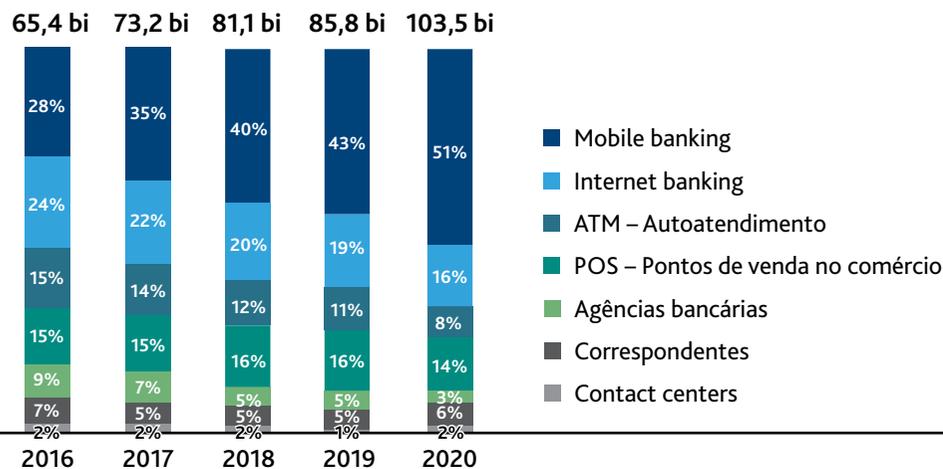


Transações em canais digitais

Os canais digitais concentraram 67% das operações, sendo o celular responsável por 51% desse total, destacando-se nove em cada dez contratações de crédito, correspondente a 761,7 milhões de transações; e oito em cada dez pagamentos de contas, equivalente a 3.256,6 milhões.

O mobile banking recebeu impulso da pandemia e das medidas de distanciamento social, somando 52,9 bilhões de transações em 2020, comparadas a 37 bilhões no ano anterior. Pela primeira vez, mobile banking representa mais da metade do total das transações bancárias.

Composição das transações totais



Mobile banking
2019: 37,0 bi
2020: 52,9 bi



Agências
2019: 4,6 bi
2020: 3,3 bi



Internet banking
2019: 16,0 bi
2020: 15,8 bi



Correspondentes
2019: 4,5 bi
2020: 5,8 bi



ATM
2019: 9,1 bi
2020: 8,3 bi

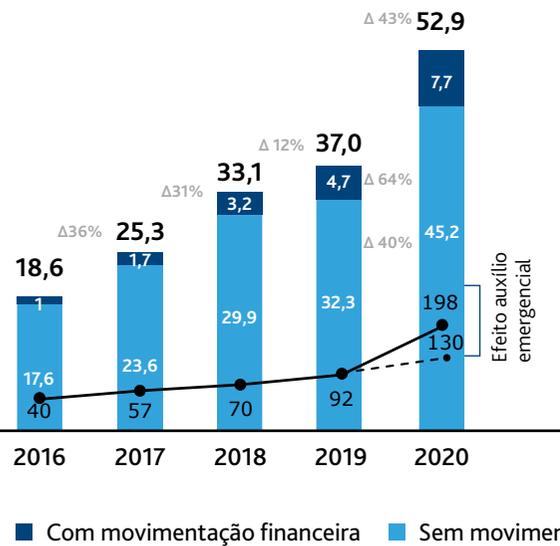


Contact centers
2019: 1,0 bi
2020: 2,5 bi



POS
2019: 13,6 bi
2020: 14,9 bi

Mobile banking (em bilhões de transações)



Internet banking (em bilhões de transações)



Transações com movimentação financeira no mobile banking têm salto de

64%

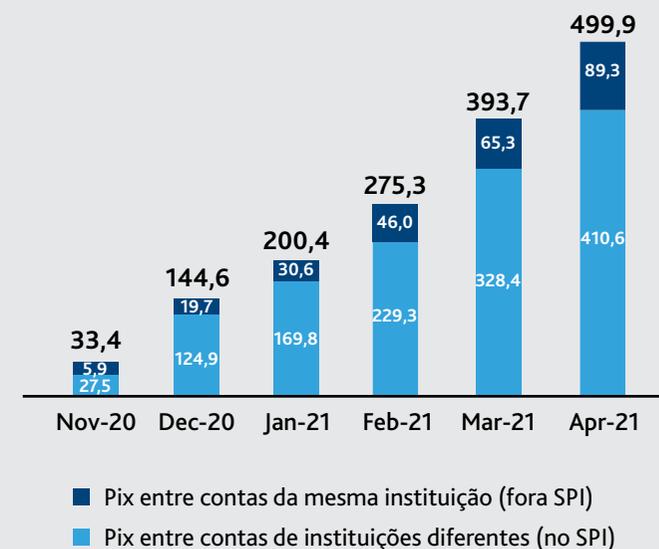
Os canais físicos mostram sua importância no caso de operações mais complexas, como contratação de investimentos, renegociações e câmbio.

Pix

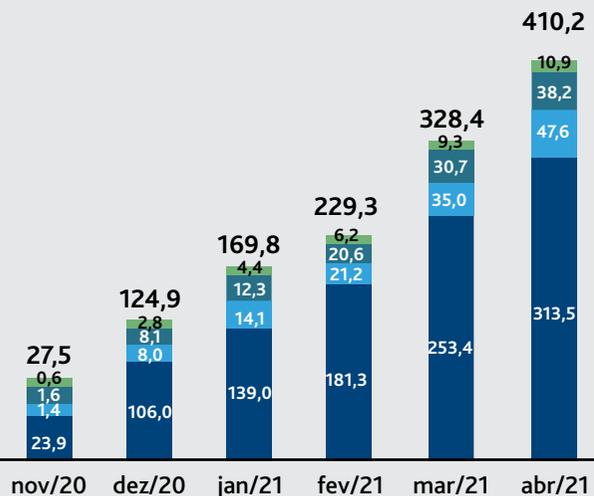
Lançado em novembro de 2020, o Pix ampliou significativamente a sua participação na composição de transações com crescimento mensal de 72% até abril de 2021 e ganhou espaço sobre pagamentos via POS (pontos de venda no comércio) e transferências (DOC/TED), com tendência de impactar os serviços bancários como um todo.

Ademais, no contexto da inovação, o open banking permitirá ampliar a opção de canais de distribuição e aumentar a expansão da oferta de produtos ao portfólio do setor bancário por meio de parcerias. Os bancos priorizam empréstimos, meios de pagamento e onboarding de clientes; 60% deles têm envolvimento com parceiros nessas frentes.

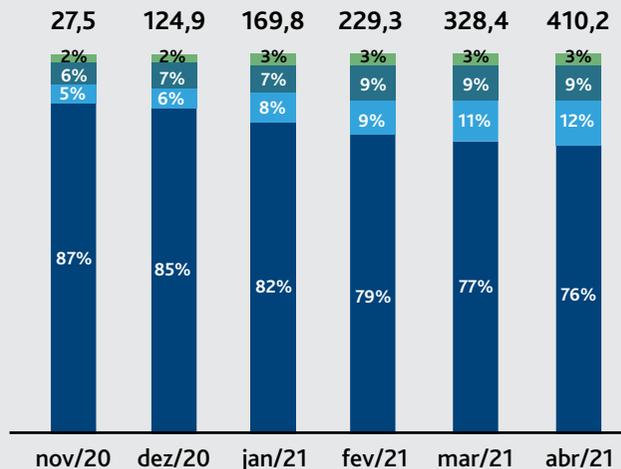
Nº de transações Pix no SPI e fora SPI (em milhões)



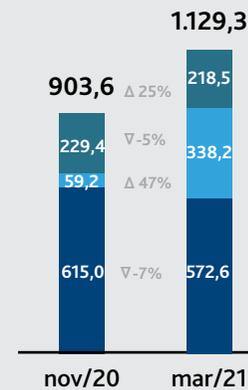
Nº de transações apenas no SPI
(em milhões)



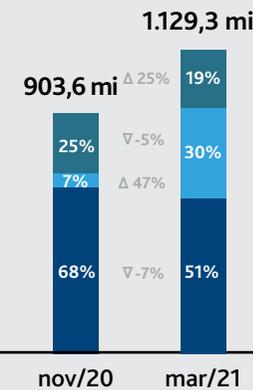
Nº de transações apenas no SPI
(em %)



Transações com e sem movimentação financeira realizadas por PF e PJ
(em milhões)



Transações com e sem movimentação financeira realizadas por PF e PJ
(em %)



■ P2P - Pessoa para Pessoa ■ B2P - Empresa para Pessoa ■ P2P - Pessoa para Empresa ■ B2B - Empresa para Empresa

■ POS ■ POS ■ Transferência / DOC / TED

Descrição: Quantidade de transações Pix liquidadas mensalmente por natureza da transação, considerando ordens de pagamento e devoluções no período. Não inclui Pix liquidados nos livros do participante (transações não enviadas para liquidação no SPI) Fonte: Bacen

Pix tem crescimento mensal nas transações de

72%

Três em cada quatro transações Pix são de pessoa para pessoa

Pix ganha espaço sobre pagamentos via POS e transferências (DOC/TED)

Educação Financeira

Portal Meu Bolso em Dia

O portal Meu Bolso em Dia oferece ferramentas, dicas de economia, cursos, aplicativos que ajudam no planejamento financeiro e orçamentário, além de conteúdo exclusivo para empreendedores e orientações sobre o papel das instituições financeiras.

Em novembro de 2020, Meu Bolso em Dia foi totalmente repaginado, com nova marca e novo posicionamento mais próximo do consumidor, mais presente nas redes sociais, com novos conteúdos e ferramentas, entre eles uma plataforma de educação financeira com trilhas personalizadas para diferentes níveis de conhecimento e para cada perfil de usuário.

A Federação, em parceria com os bancos associados, também lançou a **TV Meu Bolso em Dia**, com episódios de orientação financeira apresentados por artistas e influenciadores.

Foram produzidos 14 vídeos, compartilhados semanalmente com o consumidor, sobre temas do dia a dia, como sair das dívidas, formas de gerar renda, por que e como manter o nome limpo, score de crédito, riscos de emprestar o nome, crédito: um tipo para cada finalidade, como fazer um orçamento pessoal e familiar no pós-pandemia e como criar uma reserva de emergência.

Ressalta-se ainda que a FEBRABAN é uma das mantenedoras da Associação de Educação Financeira do Brasil, entidade que implanta os projetos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef).

Em 2020, a 7ª Semana Nacional de Educação Financeira, com o tema “Resiliência financeira: como atravessar a crise?”, teve como enfoque as dificuldades de boa parte da população brasileira em virtude da pandemia.

Durante a Semana Enef, a Federação promoveu o concurso cultural **“Quem Sonha Poupa”** e o lançamento do livro: “Dez anos da Estratégia Nacional de Educação Financeira – Em busca de um Brasil melhor”, obra coletiva publicada pela AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira).

O Concurso Cultural Quem Sonha Poupa foi mais uma vez a maior ação de educação financeira da Semana ENEF – a iniciativa teve como público-alvo: jovens de 18 a 24 anos. O objetivo foi de estimular o conhecimento, a reflexão e a conscientização sobre a importância de criar, desde cedo, o hábito de poupar.

- + de **29 milhões** de usuários únicos
- + de **150 mil** visitas por mês
- + de **400** conteúdos em diferentes formatos e enfoques



Conheça em:
<https://meubolsoemdia.com.br>

Meu Bolso em Dia:

- **29 milhões** de visitantes
- **150 mil** usuários de aplicativos de gestão financeira
- **400** conteúdos em diferentes formatos
- **264 mil** visualizações dos vídeos no YouTube
- **Mais de 800 mil** seguidores em suas redes sociais
- **50 milhões** de pessoas atingidas por meio dos diferentes canais



Programa de Aceleração Meu Bolso em Dia

Com o apoio do Banco Central e da empresa Voe sem Asas, a FEBRABAN lançou, em 2020, a primeira edição do Programa de Aceleração Meu Bolso em Dia, para viabilizar projetos de educação financeira de alto impacto social, pelo seu alcance, pelas transformações culturais que podem gerar e por sua tecnologia ou solução.

Com investimentos de R\$ 1 milhão, o programa reafirma o compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País, e a melhoria contínua de suas relações com a sociedade.

A educação financeira é um instrumento fundamental para as pessoas, para a sociedade, para o setor bancário e, principalmente, para a economia brasileira do século 21.

Por meio de ações educativas, o INFI oferece programas sobre finanças pessoais para que os consumidores possam tomar decisões conscientes relacionadas ao uso do dinheiro, do crédito e de bens financiados.

- **+ de 20 milhões** de pessoas foram alcançadas pela campanha
- **+ 195 mil** acessos ao site do Programa
- **433** empresas realizaram a pré-inscrição no site do Programa
- **95** empresas concluíram todas as etapas da inscrição e tornaram-se elegíveis para a fase de seleção do Programa



Autorregulação

SISTEMA DE AUTORREGULAÇÃO DO CRÉDITO CONSIGNADO

Instituído pela FEBRABAN e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), o Sistema de Autorregulação de Operações de Empréstimo Pessoal e Cartão de Crédito com Pagamento Mediante Consignação, em vigor desde janeiro de 2020, contempla ferramenta de bloqueio de ligações à disposição dos consumidores que não queiram receber ofertas de crédito consignado; monitoramento de reclamações recebidas em razão da oferta inadequada do produto; e medidas voltadas à transparência, ao aperfeiçoamento da oferta e à capacitação de correspondentes.

Caso o consumidor não queira mais receber ofertas de crédito consignado, poderá solicitar o bloqueio na plataforma Não me Perturbe e, após o prazo de até 30 dias do cadastramento do telefone nesse sistema, tanto os bancos quanto os correspondentes contratados não poderão fazer qualquer oferta de operação de crédito consignado por telefone.

Entre as medidas protetivas, destacam-se a obrigatoriedade do contrato ser acompanhado do Termo de Consentimento Esclarecido, a vedação da formalização de saque via chamada telefônica (o tele saque), além da limitação do valor das operações de saque realizadas no cartão.

Em 2020, 134 correspondentes foram sancionados e nove foram proibidos de contratar novas operações em nome dos bancos participantes da autorregulação.

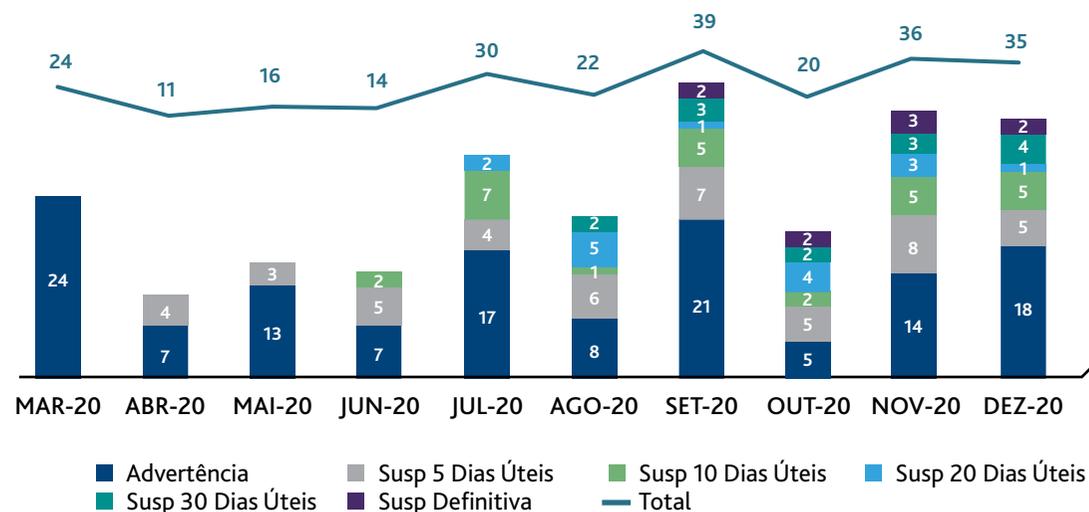
A adesão à Autorregulação do Crédito Consignado é voluntária por parte dos bancos e reflete o compromisso do setor com o consumidor e com o aperfeiçoamento da oferta do produto.

Entre 2 de janeiro e 31 de dezembro de 2020, **1.136.070** pessoas solicitaram o bloqueio telefônico por meio da plataforma **Não me Perturbe**



www.naomeperturbe.com.br

Medidas Administrativas



Novos Normativos e Atualizações

Em 2020, a Autorregulação FEBRABAN, cumprindo seus compromissos com o bem-estar, a melhoria contínua dos produtos e serviços financeiros e o respeito ao consumidor, publicou o Normativo SARB 023/2020, que traz regras de proteção a serem observadas pelas instituições financeiras, no relacionamento com o consumidor idoso.

A norma prevê, dentre outras regras, que as instituições financeiras assegurem que a oferta de produtos e serviços financeiros seja adequada às necessidades, aos interesses e aos objetivos desses consumidores, bem como mantenham à disposição dos idosos, serviço de bloqueio de ligações de telemarketing. As instituições financeiras também poderão bloquear movimentações ou transações financeiras suspeitas, atípicas ou recorrentes caso o consumidor se declare em situação de abuso patrimonial.

O movimento de busca pelo aprimoramento de ações e políticas de tratamento dedicadas aos públicos vulneráveis ocupou grande parte da agenda do setor que, ao longo de 2020, por meio da Autorregulação, se dedicou também a debates para a construção de regras nesse sentido.

O Conselho de Autorregulação também aprovou a revisão dos compromissos voltados à gestão dos riscos socioambientais nas instituições financeiras, previstos no SARB 014/2014, que trata da implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas signatárias.

A atualização incorporou temas ESG (Environmental, Social and Corporate Governance, na sigla em inglês) relevantes para a atuação dos bancos, a partir da evolução da agenda de sustentabilidade desde a data da publicação do normativo, em 2014.

Dentre as alterações aprovadas, destaca-se o gerenciamento e reporte dos riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas, em linha com as recomendações da TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures). Os requisitos socioambientais para financiamentos rurais também foram reforçados, a exemplo da inclusão dos demais biomas, além do amazônico, no dispositivo que condiciona a concessão do crédito à verificação da inexistência de embargo ambiental imposto pelo Ibama.

Outros aperfeiçoamentos incluem:

- maior transparência em relação à estrutura de governança da Política de Responsabilidade Socioambiental;
- inclusão de temas a serem considerados na gestão dos impactos atividades das signatárias, como diversidade, inclusão, saúde e segurança no trabalho, utilização de fontes renováveis de energia e adoção de técnicas de construção e reformas sustentáveis;
- inclusão de aspectos socioambientais para análise de imóveis em garantia.

Selos de Autorregulação

Os Selos de Autorregulação da FEBRABAN reforçam e tornam ainda mais transparentes os compromissos assumidos pelas signatárias que aderiram voluntariamente a, pelo menos, um de seus eixos normativos: relacionamento com o consumidor; combate a ilícitos; e responsabilidade socioambiental.

Em 2020, foram concedidos os novos selos às signatárias que alcançaram os requisitos e os percentuais de conformidade exigidos.

Para fazer jus à utilização do selo em 2020, a signatária precisa alcançar, ao menos, 90% de adequação às regras da Autorregulação.



Auditoria dos SACs

A auditoria dos canais de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) é realizada por meio do processo de avaliação das instituições financeiras e verifica o cumprimento do normativo SARB 003/2008.

Esse processo ocorre uma vez ao ano, com amostras distribuídas entre as instituições financeiras e possui três fases: auditoria de menu telefônico; oitiva das ligações de clientes; e análise e avaliação de indicadores de tempo de espera.

Em 2020, houve a necessidade de adaptação dos monitoramentos por conta da pandemia.

O processo ocorreu de forma remota, sem nenhum prejuízo dos itens verificados. Houve aumento na quantidade de amostras que passou de 500 para 1.000 escutas: sendo 420 de bancos comerciais, 286 de cartões e 294 de financeiras. Ao todo, foram avaliadas 15 instituições, sendo que duas estão em processo de integração à Autorregulação.

Em comparação a 2019, houve queda no resultado geral de 2%, passando de 98% para 96%. O principal impacto foi no item "tempo de espera", que sofreu forte oscilação comparado ao período sem pandemia: tempo de espera pico 79% (ante 91%) e tempo de espera não pico 82% (ante 89%). Destacaram-se positivamente os itens 'protocolo' e 'menu' com 100% de conformidade.

Auditoria das Agências

A auditoria nas agências ocorre continuamente, com ondas de monitoramentos bimestrais e abrangência nacional, sendo 11 signatárias atuantes nos bancos de varejo (1 em integração) e verifica o cumprimento do SARB 004/2009, sobre regras que disciplinam o atendimento prestado nas agências bancárias.

Em 2020, assim como na auditoria dos SACs, houve a necessidade de adaptação dos monitoramentos por conta da pandemia. A auditoria passou a verificar os itens relacionados ao atendimento diferenciado ao público, sendo analisados o uso de máscaras, distanciamento social, disponibilização de álcool em gel, reforço na higienização, entre outros requisitos. Foram auditadas aproximadamente 350 agências em capitais/regiões metropolitanas, de 11 instituições financeiras.



Indicadores Setoriais de Atendimento

A Federação mantém um painel de indicadores, com o objetivo de acompanhar a evolução do atendimento aos consumidores de produtos e serviços bancários.

Foi possível notar a influência da pandemia ocasionando mudanças nos volumes de demandas de consumidores que chegam ao Bacen, Consumidor.gov.br e Procons.

Em relação à comunicação e à orientação às associadas, além do Relatório de Atividades da Autorregulação, destacam-se a publicação do Relatório de Ouvidorias, com informações e indicadores setoriais; e o Guia sobre Venda Casada, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com orientações a produtores rurais e instituições financeiras sobre como coibir essa prática de vincular a liberação do crédito à contratação de outros produtos ou serviços bancários não relacionados com a produção, como títulos de capitalização, consórcio, aplicações, entre outros itens.

Em 2020, a série **Ouvidoria e Você** passou a ter novo formato, no qual cada vídeo conta uma história enquanto aborda uma situação do cotidiano de forma leve, com linguagem coloquial e a opinião de um especialista. Nesse ano, a série tratou da liberdade de contratação, da prevenção contra fraudes, da escolha do pacote de serviços e do canal ouvidoria.

Canais	Volume anual			Evolução		Proporção
	2018	2019	2020	2018 x 2020	2019 x 2020	2020
CAC	228.002.694	203.334.926	157.696.939	-31%	-22%	75,88%
SAC	40.336.248	39.762.141	42.972.325	7%	8%	20,68%
Canais digitais	4.919.532	5.184.545	5.876.939	19%	13%	2,83%
Ouvidoria	147.109	181.398	279.980	90%	54%	0,13%
Consumidor.gov.br	69.526	75.868	125.304	80%	65%	0,06%
Procon	220.536	252.134	173.860	-21%	-31%	0,08%
Bacen – Entradas	159.908	142.508	204.538	28%	44%	0,10%
Ações cíveis – Entradas	560.903	553.423	507.622	-9%	-8%	0,24%

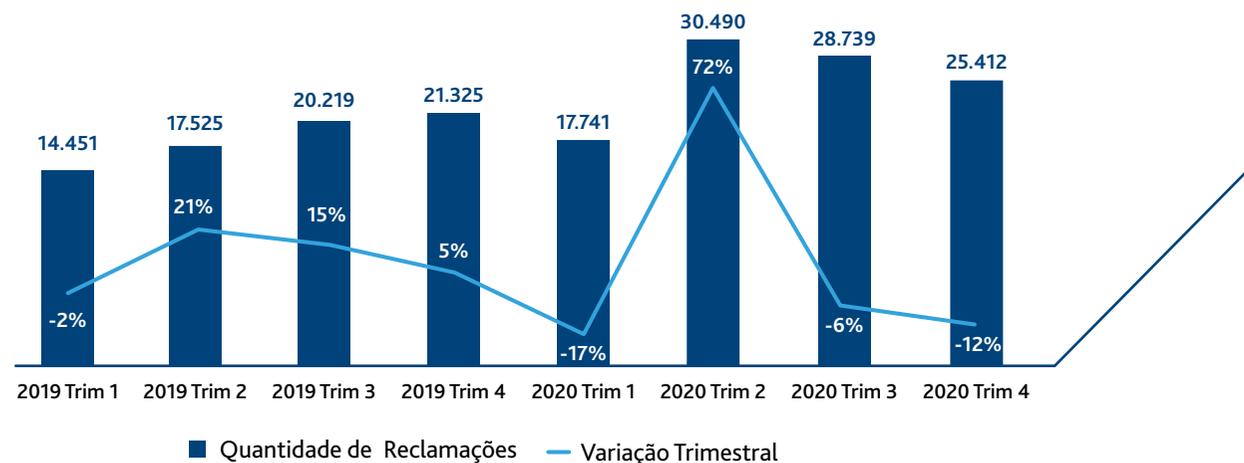


As peças da série Ouvidoria e Você estão disponíveis em portal.febraban.org.br/ Publicações FEBRABAN e no YouTube

Consumidor.gov.br

Para facilitar o acesso dos consumidores à plataforma Consumidor.gov.br, toda demanda relacionada a produtos e serviços bancários registrada pelo consumidor nos canais internos da FEBRABAN (Conte Aqui e Fale Conosco) é redirecionada ao portal do governo federal. Após o cadastro na plataforma, o consumidor registra seu caso, que deve ser respondido pela instituição financeira em até dez dias.

A divulgação e o estímulo ao uso do portal Consumidor.gov.br provocaram crescimento no número de instituições cadastradas e geraram aumento no volume de demandas sobre assuntos financeiros de mais de 35% em 2020 em relação ao ano anterior.



10 principais irregularidades

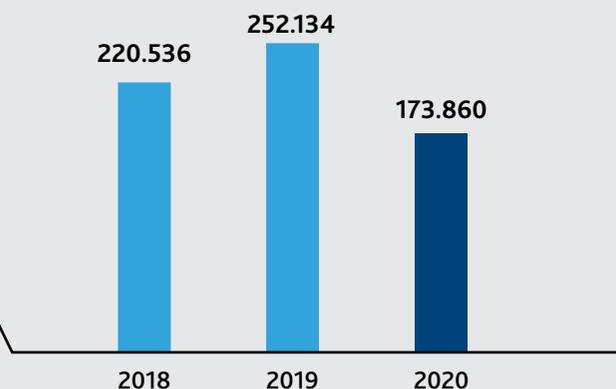
Irregularidade	Reclamações	%	Acumulado %
GOV - Cobrança de tarifas, taxas, valores não previstos / não informados	15.887	16%	16%
GOV - Cobrança indevida / abusiva para alterar ou cancelar o contrato	8.365	8%	24%
GOV - Cobrança por serviço/produto não contratado / não reconhecido / não solicitado	8.269	8%	32%
GOV - SAC - Demanda não resolvida / não respondida / respondida após o prazo	6.695	7%	38%
GOV - Dificuldade de contato / acesso a outros canais (exceto SAC)	6.479	6%	45%
GOV - Renegociação / parcelamento de dívida	5.988	6%	50%
GOV - Cálculo de juros, saldo devedor (contestação, solicitação de histórico, dúvidas)	4.527	4%	55%
GOV - SAC - Dificuldade de contato / acesso	4.502	4%	59%
GOV - Dificuldade para obter boleto de quitação ou informações acerca de cálculos, pagamentos, saldo devedor	3.615	4%	63%
GOV - Dificuldade / atraso na devolução de valores pagos / reembolso / retenção de valores	3.564	3%	66%

A plataforma também tem se mostrado o canal mais adequado para registro e tratamento das demandas nos mutirões de negociações de dívidas organizados pelos Procons e Defensorias em todo o país – em 2020, foram realizados 197 mutirões.

Em 2021, o **Consumidor.gov.br** receberá todas as demandas registradas na Semana Nacional de Educação Financeira, organizada pela Senacon em conjunto com o Banco Central e a FEBRABAN. Em 2019, a primeira edição dessa iniciativa conjunta alcançou 820 mil consumidores e os acordos realizados corresponderam a R\$4,5 bilhões em dívidas renegociadas.

Já o volume das demandas registradas pelos Procons sofreu a expressiva redução de 29% em 2020 em relação a 2019, influenciada principalmente pela queda de 54% do número de audiências realizadas no mesmo período, fenômeno relacionado aos efeitos da pandemia.

Demandas Procon



Regulação Prudencial

RESOLUÇÃO BANCÁRIA

O Banco Central vem realizando processo de modernização por meio da elaboração da reforma legislativa referente à resolução bancária. Os aprimoramentos fazem parte da Agenda BC#, na dimensão #Competitividade, cujos trabalhos pretendem promover evolução nas questões estruturais do sistema financeiro.

A proposta de melhorias legislativas sobre o tema foi encaminhada pelo Banco Central para a Câmara dos Deputados por meio do Projeto de Lei Complementar (PLC), que visa dotar o Brasil de legislação para resolução bancária plenamente aderente ao padrão internacional estabelecido pelo Financial Stability Board (FSB) após a crise de 2008.

O PLC uniformiza os regimes de resolução criando apenas dois regimes: o Regime de Estabilização (RE) e o Regime de Liquidação Compulsória (RLC), em que cabe à Autoridade de Resolução competente decretar o regime que considerar mais adequado para alcançar os objetivos em assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Regime de Estabilização deverá ser utilizado preferencialmente na resolução de instituições de importância sistêmica, que não podem ter suas atividades paralisadas repentinamente sem grande risco de causar instabilidade indesejada no sistema financeiro e na economia real, em razão da criticidade das funções desempenhadas para o funcionamento normal das atividades econômicas e para a manutenção da confiança no

sistema financeiro. O objetivo do RE é manter apenas as funções críticas da instituição e buscar uma solução privada para a retomada regular dos negócios em curto período.

O PLC define os papéis e os poderes das autoridades de resolução, inclusive o dever de usar obrigatoriamente o capital e outros recursos investidos na instituição para absorver perdas, de modo a manter as atividades críticas para a população e a economia.

Por fim, o PLC prevê a criação de mecanismos privados de proteção do sistema, com melhor definição do uso de fundos garantidores de crédito e criação de fundos privados de resolução, a serem capitalizados com recursos do próprio SFN.

A reforma, além de atender ao compromisso internacional assumido pelo Brasil junto ao G-20, promoverá, por meio do Banco Central, o desenvolvimento de instrumentos mais eficientes para lidar de forma efetiva com crises financeiras, mitigar o impacto nas finanças públicas e impedir o uso de recursos dos contribuintes antes que sejam esgotadas todas as fontes privadas de recursos disponíveis.

A expectativa é que o Banco Central com o apoio da FEBRABAN, continuem trabalhando com o objetivo de aprovar o projeto nos próximos anos.

Basileia III

As regras de Basileia III têm por objetivo corrigir as deficiências regulamentares anteriores à crise financeira internacional de 2007-2009, reduzir a vulnerabilidade sistêmica e promover um sistema bancário mais resiliente. O processo de implementação dos normativos de Basileia III foi iniciado em janeiro de 2013 e se estenderia até janeiro de 2022.

Porém, em 2020, devido à rápida disseminação da pandemia entre os países, foi provocado um ambiente global de incertezas e turbulências nos mercados financeiros, que se igualaram ou superaram em magnitude às observadas na crise de 2008.

A conjuntura econômica global levou o Comitê de Basileia (BIS) a prorrogar por um ano a implementação das regras da segunda fase do arcabouço de Basileia III, que entrará em vigor localmente nas jurisdições signatárias em janeiro de 2023. O conjunto de medidas foi adotado para que os bancos e supervisores concentrassem suas atenções nas prioridades imediatas de estabilidade financeira do sistema bancário global resultantes da crise provocada pela pandemia.

O Banco Central desenvolveu diversas medidas para combater os efeitos da crise sanitária e manter a estabilidade financeira nacional e a liquidez do mercado de crédito. Paralelamente, o regulador deu prosseguimento à normatização da implementação de Basileia III, por meio da publicação dos Editais de Consulta Pública que versam sobre as regras de modelo de risco de crédito padronizado e sobre o modelo de risco de mercado para a carteira trading (FRTB).

Adicionalmente, foram publicadas para as instituições enquadradas nos segmentos S1 e S2 as regras de desenvolvimento e reporte das bases de dados de Perdas de Risco Operacional, necessárias para a implementação do modelo padronizado de risco Operacional (SA) de Basileia III.

Além disso, todas as instituições financeiras enquadradas nos segmentos S1 ao S4 publicaram os primeiros relatórios de Pilar III, que fazem parte do requerimento de transparência de Basileia III.

A FEBRABAN acompanhou e atuou fortemente na implementação das medidas para conter a crise econômica. Ademais, participou do processo de introdução das normas no Brasil, para que o acordo seja implementado estritamente dentro das regras definidas, mas com o menor custo possível para os bancos locais e para que, dentro do possível, sejam respeitadas as particularidades e características do sistema bancário nacional.

Gestão de Risco

Internacionalmente destacou-se, em 2020, a postergação pelo BIS da entrada em vigor da segunda fase das regras de Basileia III, que promoverá ajustes nos regulamentos de Risco de Crédito, Risco de Mercado da Carteira Trading, Modelo Padronizado de Risco Operacional, entre outros.

No Brasil, com o objetivo de conter os efeitos econômicos provocados pela pandemia, diversas medidas foram adotadas pelo governo para preservar a liquidez e a oferta no mercado de crédito.

A FEBRABAN manteve diálogo ativo na proposição de aperfeiçoamentos regulatórios e medidas para combater os efeitos da pandemia.

O Banco Central implementou medidas determinantes para a travessia da crise pelos segmentos bancários, notadamente as relacionadas a seguir.



LIQUIDEZ

- Liberação parcial dos depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo, para evitar restrições de liquidez pelos bancos. A alíquota foi reduzida de 31% para 17%.
- Ampliação das garantias do FGC nas emissões de Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE), importante para bancos de menor porte.
- Criação da Letra Financeira Garantida (LFG), importante para todos os segmentos, com liberação de liquidez para o crédito.



PROVISIONAMENTO/ATIVOS PROBLEMÁTICOS

- Estabelecimento de critérios temporários flexíveis para caracterizar reestruturações de operações de crédito como ativos problemáticos e autorização de reclassificação do nível de risco para operações negociadas durante a pandemia. Segundo o Banco Central, a medida alcançou operações de crédito no valor total de R\$ 906 bilhões.
- Provisões/capital nos empréstimos via programas de governo, como a flexibilização de critérios diante dos riscos incorridos e prazos de ressarcimento de perdas.



CAPITAL

- Hedge de investimentos no exterior: tratamento flexível durante o prazo da eliminação da distorção fiscal existente no Brasil, evitando restrição de capital pelos bancos.
- Redução do fator de ponderação de risco (FPR) para as micro, pequenas e médias empresas (MPME) de 100% para 85%.
- Redução pelo prazo de um ano de 2,5p.p. para 1,25p.p. do adicional de conservação do capital principal (ACCP).
- Limitação de distribuição de resultados: limitação inicial a 25% na distribuição de dividendos.
- Criação do programa Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE): concessão de crédito para MPME com benefício de capital sobre os créditos tributários.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)

Em 2020, a FEBRABAN intensificou os esforços para aprimorar os sistemas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além da realização do 10º Congresso de PLDFT, com a participação recorde de 3.800 pessoas, destacam-se as contribuições à Consulta Pública 70 do BCB, com sugestões de aperfeiçoamento da nova regulamentação, que culminou com a publicação da Circular 3.978, de 23/01/2020, e da Carta Circular 4.001, de 29/01/2020.

Ressaltam-se ainda a participação no Comitê de PLDFT da Federação Latino-americana de Bancos (Felaban), os trabalhos regulatórios no Fórum de PLDFT do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon) do BCB e as ações desenvolvidas pela Enccla.

Na Enccla, entre as ações que contaram com a participação direta da FEBRABAN em 2020 destacam-se: avaliação da efetividade do sistema brasileiro de PLD/FT quanto aos resultados imediatos da metodologia de avaliação das 40 recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI), bem como do cumprimento técnico dessas recomendações; aprimoramento dos mecanismos de compartilhamento de informações entre órgãos administrativos de fiscalização e controle, entre eles os de persecução criminal e improbidade administrativa, com vistas a preservar a segurança jurídica; elaboração do diagnóstico sobre as possibilidades de uso de tecnologias como blockchain no setor público; e preparação para a Avaliação Mútua, na qual o Brasil será analisado pelo GAFI quanto ao seu efetivo comprometimento no combate a esse tipo de criminalidade.



AMBIENTE REGULATÓRIO

A FEBRABAN atua junto com órgãos públicos nas três esferas de poder por meio de grupos de trabalho e comissões, fazendo importante interlocução entre governo e setor bancário, em especial no tocante ao aprimoramento da legislação, bem como apoio nas questões jurídicas relacionadas às diversas demandas advindas do Banco Central do Brasil (BCB).

A seguir, destacam-se os principais temas tratados em 2020.

- **LGPD** – Lei 14.010/2020 adiou a entrada em vigor das penalidades previstas na LGPD para agosto de 2021, concedendo prazo maior para que as empresas se adaptem às suas determinações.
- **Recuperação judicial e falências** – Lei 14.112/2020 modernizou as regras relacionadas à recuperação judicial e falência, permitindo a melhoria do ambiente de crédito e contribuindo para a redução de juros.
- **Prorrogação da isenção do IOF sobre operações de crédito** – Decreto 10.504/2020 prorrogou até 31/12/2020 a alíquota zero para o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incidente sobre operações de crédito.
- **Desjudicialização de PDD** – Lei 14.043/2020 (MP 944) dispõe sobre a desjudicialização de provisões para devedores duvidosos (PDD). A exigência de ação judicial foi substituída pelo protesto da dívida.
- **Aumento de 5% da margem do consignado** – MP 1006/2020 permitiu a ampliação em 5% da margem consignável até 31/12/2020. Na votação no Congresso Nacional o escopo foi ampliado e a proposta foi convertida na Lei 14.131/2020, que: (i) aumenta em 5% a margem do consignado até 31/12/21; (ii) faculta a concessão de carência, de até 120 dias, para as novas operações de consignado e a repactuação das operações antigas, pelo mesmo período, mantidos os juros e demais encargos; e (iii) inclui servidores públicos e militares no escopo da MP.

- **Fraudes eletrônicas** – Projeto de Lei 4554/2020) tornou mais severas as penas ao crime praticado por meio de fraudes eletrônicas, prevendo pena de 4 a 8 anos e multa para furto por meio de fraude eletrônica; aumento de pena se o crime for praticado com uso de servidor fora do País, contra idoso ou vulnerável; e pena de 1 a 4 anos e multa para o crime de invasão de dispositivo informático. A proposição foi aprovada no Senado em 2020 e, posteriormente, convertida em Lei em 2021.
- **Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** – Derrubada do Veto 26 da MP 936/2020, pelo Congresso Nacional, viabilizou o pagamento da PLR negociada entre empregadores e trabalhadores para milhões de empregados. A medida estimula a produtividade e distribuição de renda para o trabalhador, neste momento de retomada da economia.
- **Sistema padronizado do ISS** – Lei Complementar 175/2020 prevê a adesão obrigatória dos municípios ao sistema único padronizado para o recolhimento do ISS para planos de saúde, consórcios, cartões de crédito e débito, arrendamento mercantil e fundos de investimento. Sem um sistema único não será possível operacionalizar o pagamento do ISS. Na prática, muitos prestadores deixariam de oferecer seus serviços, em especial nos municípios de menor porte, prejudicando a população e a arrecadação local.
- **Hedge cambial** – Lei 14.031/2020 (MP 930) elimina assimetria no tratamento fiscal do overhedge, por prazo indeterminado, com efeitos sobre a liquidez; e permite que o CMN disponha sobre as letras financeiras com prazo inferior a 1 ano.

- **Aprovação de programas emergenciais de acesso ao crédito** – Lei 14.042/2020 (Medida Provisória 975/2020) instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC-FGI), com o objetivo apoiar as pequenas e médias empresas (PMEs), na obtenção de crédito durante a fase aguda da crise econômica decorrente da pandemia Covid-19. Além disso, a lei traz disposições sobre o Pronampe. Já a Lei 14.043/2020 (MP 944) instituiu o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), destinado à realização de operações de crédito com a finalidade de financiamento da folha de pagamento de seus empregados ou de verbas trabalhistas.
- **Redução de jornada e consignado** – Lei 14.020/2020 (MP 936) permitiu a redução proporcional de jornada de salário e a suspensão do consignado, trazendo segurança jurídica para o tema.
- **Permissão de trabalho aos domingos e feriados no setor bancário** – Portaria do Ministério da Economia 19.809/2020) dispõe sobre a permissão para realização de atividades do setor bancário em domingos e feriados, em caráter permanente.
- **Covid-19** – Férias, banco de horas e teletrabalho durante a pandemia foram regulamentadas pela MP 927/2020. Já as regras de prevenção e controle nos ambientes de trabalho foram dispostas na Portaria Conjunta 20, do Ministério da Economia e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Financiamento de Veículos

O ano de 2020 apresentou crescimento de 11,2% no saldo da carteira de financiamento de veículos do sistema financeiro, de R\$ 253,6 bilhões para R\$ 282,2 bilhões, incluindo pessoas físicas e jurídicas (sendo 78% do volume para PFs e 22% para PJs). A evolução também reflete sobre a indústria de veículos novos e usados e os segmentos de leves, pesados e motos.

Em dezembro de 2020, a publicação da Resolução Contran 807/2020 atualizou dispositivos para o registro de contratos de financiamento com garantia real de veículo nos órgãos ou no respectivo Departamento Estadual de Trânsito (Detran). A nova norma trouxe alterações relevantes em relação a anterior (Resolução Contran 689/2017).

Um exemplo é o fato de permitir a entrada de novas empresas para a atividade do denominado “apontamento” (pré-gravame), desde que sejam entidades operadoras de IMF – Infraestruturas do Mercado Financeiro, autorizadas pelo BC, o que representa um reflexo positivo para a segurança, robustez e qualidade desse processo.



AMBIENTE DE CRÉDITO

Portabilidade Eletrônica de Crédito

Em 2020, os desafios do período fizeram com que a procura por repactuações e renegociações de operações de crédito tivesse papel preponderante. Com isso, ainda que em volumes inferiores a 2019, o sistema da portabilidade eletrônica de crédito (CTC) registrou 9 milhões de solicitações. Destaca-se o terceiro trimestre (julho a setembro de 2020), em que a média de pedidos ficou próxima de 1 milhão/mês.

O crédito consignado ainda detém a maior parte desse contingente (99,6%), mas cabe ressaltar o expressivo aumento da portabilidade de operações de crédito imobiliário. Em 2020, foram mais de 68 mil pedidos, cerca de 4,5 vezes a mais que em 2019 (quando se registrou pouco mais de 15 mil pedidos).

No que se refere à governança no âmbito da autorregulação do sistema, a atividade de monitoramento para a correta aplicação das regras estabelecidas teve continuidade, através de ciclos de análises de operações, com foco na identificação e correção de eventuais desconformidades praticadas pelas instituições financeiras, e deliberação de medidas pelos Comitês (Gestor e de Governança).

Para 2021, com a entrada em vigor da Resolução CMN 4.762/2019, o sistema da portabilidade ampliará seu escopo para atender a outros segmentos (como empresários individuais e microempresários individuais), inserindo novos produtos (como capital de giro e cheque especial), e permitindo a troca de modalidade (isto é, a migração da operação de crédito para uma modalidade diferente da originalmente contratada).

Crédito Consignado

O fato de o crédito consignado ter como característica chave a condição de que sua garantia provém dos descontos efetuados diretamente sobre a folha de pagamento ou o benefício do tomador, permite aos bancos a oferta de taxas de juros mais baixas do que as praticadas em outras linhas de crédito.

Em um período como o observado em 2020, essa condição ficou ainda mais evidente, com o produto exercendo papel relevante para subsidiar as necessidades emergenciais de clientes do sistema financeiro.

A taxa média de juros praticada para o produto, segundo o BC, foi de 1,43% a.m. em dezembro de 2020 (ante 1,57% a.m. no mesmo período de 2019). Consequentemente, o volume de concessões no ano teve crescimento de 14% no período (de R\$ 206,0 bilhões para R\$ 234,8 bilhões em contratações), sobretudo nas modalidades de consignado para servidores públicos, e para aposentados e pensionistas do INSS.

Esse resultado também foi influenciado por medidas de flexibilização e renegociação do crédito, apoiadas e empreendidas pela FEBRABAN, as quais destacam-se: i) a ampliação do limite de prazo para operações no consignado INSS (de 72 para 84 meses, a partir de março de 2020 por meio da IN INSS 106); ii) a Lei 14.020/2020 (advinda da MP 936) – artigos 25 e 26, que permitiu aos empregados com redução da jornada de trabalho e de salário, contratos suspensos ou impactados pela Covid-19 a opção de requisitar carência de até 90 dias em suas operações (inclusive para novas contratações), mantidas as condições de taxas e encargos; iii) e a IN INSS 107, que também permitiu aos bancos ofertar a carência de até 90 dias nas operações para aposentados e pensionistas, conforme política de cada instituição.

Portais de Crédito Consignado

Em 2020, foi realizado novo ciclo de avaliação dos portais de consignado (empresas que atuam com o processamento de descontos de consignação na folha de pagamento de servidores públicos, e realizam a gestão de margem consignável por meio de seus sistemas/soluções).

O objetivo do projeto foi verificar o nível de qualificação de governança e TI pelas empresas participantes.

Com o apoio de uma consultoria contratada foram avaliadas 10 empresas (que representam aproximadamente 80% do mercado), por meio de questionários e visitas virtuais.

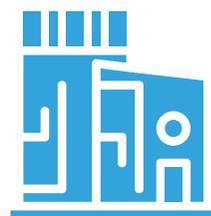
Os resultados obtidos serviram como instrumento complementar para a tomada de decisão pelas instituições financeiras no âmbito de suas políticas de relacionamento com terceiros, e em suas estratégias de atuação nos convênios de consignação.

Linhas de Crédito BNDES

Por meio do relacionamento colaborativo entre FEBRABAN e BNDES, foi possível concretizar avanços na digitalização de processos atrelados às operações com recursos do BNDES. Um exemplo é a plataforma BNDES Online que trouxe mais celeridade na análise e aprovação de operações encaminhadas pelos bancos.

O grande destaque de 2020 deve-se à atuação conjunta para a operacionalização dos programas emergenciais, em especial o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), cujo volume contratado pelos bancos foi de R\$ 92,1 bilhões, distribuídos em 135.720 operações, que beneficiaram cerca de 114 mil empresas conforme estimativa do BNDES; e o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), que financiou o volume de R\$ 8,0 bilhões, beneficiando aproximadamente 180 mil empresas (cerca de 2,6 milhões de empregados).

R\$ 92,1 bilhões, distribuídos em 135.720 operações, que beneficiaram cerca de 114 mil empresas conforme estimativa do BNDES.



AMBIENTE OPERACIONAL

Segurança Bancária

Os crescentes investimentos do setor bancário – mais de R\$ 9 bilhões ao ano – em medidas preventivas, como capacitação de pessoal, redução de numerário nas agências, estímulo a transações eletrônicas e uso de vigilância remota com sensores e câmeras mais inteligentes e sistema de integração de imagens, vêm contribuindo para diminuir o número de assaltos a bancos e de ataques a caixas eletrônicos (ATMs).

Além dessas medidas, ressaltam-se reuniões periódicas com Polícias Militar, Civil e Federal, para desenvolvimento de estratégias de segurança, bem como alinhamento operacional entre as Centrais de Monitoramento dos Bancos com a Central do Copom-SP, para aumentar a agilidade no reporte de crimes em andamento.

Houve redução de 23,45% de ataques em ATMs e de 52,26% de assaltos em agências e postos bancários, comparado ao ano anterior

Segurança em Transações Eletrônicas

O sistema financeiro desenvolve sistemas de última geração para otimizar as transações eletrônicas, prevenir fraudes em cobrança bancária, mitigar os riscos na concessão de crédito e estimular o uso de canais digitais para proporcionar mais segurança aos consumidores e dinamismo ao setor.

Com a pandemia, que acelerou a digitalização de transações em meio às restrições de mobilidade e isolamento social, a FEBRABAN promoveu diversas campanhas de orientação aos usuários com dicas de segurança visando reduzir fraudes e alertar sobre a chamada engenharia social (método para manipular pessoas a fornecer, de maneira ativa ou involuntária, dados pessoais ou corporativos) para a realização de uma transação fraudulenta.

Entre essas ações, destacam-se a 2ª Semana de Segurança Digital, com a participação de 28 bancos; a live “Aumento dos crimes cibernéticos e a educação digital”, realizada pela plataforma noomis; e a publicação da Cartilha de Engenharia Social. Todas as informações estão disponíveis no site <https://antifraudes.febraban.org.br> e nas redes sociais YouTube, Facebook, Twitter, LinkedIn e Instagram.

Nesse sentido, ressaltam-se também o trabalho e o esforço das instituições financeiras, em compromisso firmado pela FEBRABAN com o governo federal, de disponibilizar a infraestrutura tecnológica e a segurança dos canais digitais e presenciais para atender aos beneficiários do Programa de Auxílio Emergencial.



Os investimentos do setor bancário em segurança para evitar fraudes chegam a R\$ 2,2 bilhões ao ano.

Plataforma de Cobrança

Esse sistema, desenvolvido pela FEBRABAN em parceria com os bancos, entre outros benefícios, possibilita que boletos vencidos possam ser pagos em qualquer canal de recebimento dos bancos participantes do sistema de cobrança bancária. Além disso, reduz a inconsistência de dados e evita o pagamento em duplicidade.

A plataforma conta ainda com cruzamento de informações para evitar inconsistências de pagamento, identificação do CPF/CNPJ do beneficiário e do CPF do pagador do boleto para fins de controle de lavagem de dinheiro e mais transparência na relação com o consumidor, na medida em que melhora os controles dos boletos facultativos que são enviados sem autorização por parte do cliente.

Plataforma de cobrança em 2020:

21,3 bilhões de transações

7 bilhões de boletos incluídos

520 milhões de boletos vencidos pagos

3,8 trilhões de volume financeiro

Débito Direto Autorizado (DDA)

O DDA é uma plataforma tecnológica centralizada e integrada que viabiliza a apresentação eletrônica de boletos de pagamento. Clientes (pessoas físicas e jurídicas) que optarem por serem pagadores eletrônicos podem acessar seus boletos por internet, smartphone, celular, e confirmar, agendar ou cancelar o pagamento, sem a necessidade de receber o documento impresso. Os valores das transações são automaticamente creditados na conta dos clientes credores.

Em 2020, houve aumento de 17% do número de pagadores eletrônicos, com o total de 21,4 milhões (ante 17,8 milhões no ano anterior), e elevação de 21% de boletos registrados, com 1,5 milhão (ante 1,2 milhão).

Compensação por Imagem

As estatísticas revelam que o cliente tem deixado cada vez mais de usar cheques e optado por outros meios de pagamento, em especial, transferências eletrônicas.

Em 2020, o número de cheques compensados por imagem caiu para 287 milhões, ante 384,3 milhões em 2019.

O número de cheques devolvidos também diminuiu para 23,4 milhões em 2020, ante 32,5 milhões no ano anterior, queda de 27,8%. Quanto aos cheques sem fundos, o volume passou para 15,2 milhões, em comparação a 23,8 milhões no ano anterior.



NOVAS TECNOLOGIAS E IMPACTOS NOS NEGÓCIOS BANCÁRIOS

A FEBRABAN, por meio da Comissão Executiva de Inovação, desenvolve diversas ações voltadas aos impactos da revolução digital nos negócios bancários, com destaque para as iniciativas: pagamentos instantâneos, segurança cibernética, open banking, onboarding digital e blockchain.

Em relação a pagamentos instantâneos, a FEBRABAN, vem colaborando desde 2018 para o desenvolvimento do Pix, sistema criado e gerido pelo Banco Central do Brasil (BCB), com considerações do setor e propostas relativas à segurança cibernética e à prevenção e à mitigação de riscos de fraude.

O Pix, implementado em novembro de 2020, permite fazer transações financeiras durante 24 horas por dia, em todos os dias do ano, inclusive finais de semana e feriados, em até 10 segundos, de forma fácil, simples e instantânea.

Um dos focos da agenda evolutiva do Pix será adicionar funcionalidades ao sistema de pagamento e impulsionar as transações P2B (entre pessoas e empresas), reduzindo a necessidade de uso de dinheiro em espécie para fazer transações comerciais.

Nesse sentido, foram desenvolvidos produtos e serviços para a implementação das novas funcionalidades ao longo de 2021: Pix Cobrança, Saque Pix e Pix Garantido.

Quanto à segurança cibernética, a FEBRABAN mantém o Centro de Cyber Security, plataforma em que as instituições financeiras compartilham entre si informações ou os próprios incidentes cibernéticos, como data, horário, tipo de ameaça detectada e sistemas afetados, alertando automaticamente os demais parceiros cadastrados. Atualmente, a maioria dos bancos que integram a Subcomissão de Cyber Security da FEBRABAN adota essa ferramenta.

**92,5 milhões de transações,
R\$ 83,4 bilhões em operações e
116 milhões de chaves cadastradas no
primeiro mês de operação do Pix.**



Em 2020, sobre essa iniciativa, ressalta-se também a implantação do Laboratório de Segurança Cibernética FEBRABAN, que integrará equipes de vários bancos associados. A estrutura permite que as instituições financeiras melhorem o compartilhamento de informações técnicas e promovam o treinamento e aperfeiçoamento de profissionais para atuar no combate às ameaças virtuais em ações colaborativas e integradas voltadas para proteção e solução de incidentes cibernéticos.

Em relação ao open banking, no ano anterior foram elaboradas a proposta de governança do setor e a minuta de convenção. Também foi definido o posicionamento quanto a escopo de dados, monetização e jornada do cliente.

A FEBRABAN vem contribuindo, com propostas e recomendações técnicas e operacionais encaminhadas ao BCB, para garantir uma infraestrutura de open banking segura, transparente e com consentimento do cliente.

Foram desenvolvidos novos produtos e serviços para assegurar a implementação da infraestrutura do open banking, que ocorrerá em quatro etapas – fevereiro, julho, agosto e dezembro de 2021.

Na parte de onboarding digital, destaca-se a Resolução CMN 4.753/2019. As propostas da Federação foram atendidas pelo BCB. A nova norma possibilita aos bancos adotarem suas respectivas políticas para processos de abertura, manutenção e encerramento de contas de depósito, trazendo maior agilidade, menor complexidade, redução de custos e isonomia com as fintechs.

Em 2020, foram desenvolvidas novas funcionalidades, como reconhecimento de imagens e de assinaturas em cheques, financiamentos, modelos de risco de crédito, e em áreas como recursos humanos e jurídica, para leitura de contratos e pareceres.

Ressalta-se ainda que a FEBRABAN é membro do FintechLab, no qual acompanha o desenvolvimento desse sistema e seus benefícios para o setor.

Adicionalmente, para o próximo ano, investimentos em tecnologias de ponta, como inteligência artificial, analytics e cibersegurança continuam de forma expressiva e devem mudar de forma significativa os modelos operacionais e de negócios dos bancos, com mais produtos e soluções inovadoras.

A FEBRABAN e o setor bancário consideram o open banking uma iniciativa positiva, que trará mais conveniência para seus clientes, além de oportunidades e ofertas de produtos e serviços para o mercado.

OpenBanking





RELAÇÕES TRABALHISTAS

Convenção Coletiva de Trabalho 2020-2022

A Convenção Coletiva de Trabalho para o biênio 2020-2022 seguiu a mesma trajetória ascendente, mostrando que, independentemente do momento do País, a maturidade de todos os envolvidos foi capaz de superar a complexidade das discussões para chegar a um desfecho integrado e unificado, válido em todo o território nacional.

Todas as informações sobre a convenção coletiva estão disponíveis no site <https://fenaban.org.br>.

Perfil do Bancário Brasileiro

O setor bancário encerrou 2020 com aproximadamente 450 mil funcionários (82% com nível superior), distribuídos por gênero de forma equilibrada: 51% de homens e 49% de mulheres.

As tecnologias disruptivas, adotadas principalmente em razão da pandemia, representam um desafio adicional para atender às novas funções e formas de trabalho em todas as atividades e têm levado os clientes dos bancos a interagir de diferentes maneiras com os produtos e serviços oferecidos pelo setor, o que exige novos meios de relacionamento.

As instituições investem verbas expressivas em treinamentos e qualificação de pessoas, com o objetivo de atualização constante de seus profissionais, bem como de seus produtos e processos.

O setor também tem atuado no combate à discriminação e na promoção da igualdade de gênero e oportunidades no

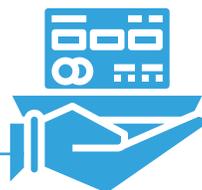
mercado de trabalho e vem obtendo novas conquistas, entre elas assegurar a presença de pessoas transexuais no quadro de funcionários e o desenvolvimento das mulheres como líderes por meio dos programas de coaching e mentoria.

A diversidade racial em todos os ambientes de trabalho também é um aspecto central para o segmento bancário, que mantém programas e parcerias estratégicas com organizações reconhecidas por alavancar iniciativas de inclusão.

Os bancos também são pioneiros, no Brasil, em garantir a inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho e promover capacitação profissional. Entre as boas práticas, destacam-se o permanente acompanhamento da ascensão profissional e as linhas de crédito específicas para a compra de equipamentos de acessibilidade.

Os bancos ainda possuem políticas que consideram inaceitáveis quaisquer atos de discriminação. Nesse sentido, o Instrumento de Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho, instituído por negociação coletiva há dez anos, consolida-se como importante mecanismo na apuração de denúncias e na solução de conflitos, contribuindo para evitar que situações indesejáveis voltem a ocorrer.

Nesse sentido, em 2020, o setor assumiu, de forma pioneira, ao adicionar um aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho, um compromisso com a prevenção à violência contra as mulheres bancárias, que precisem de auxílio para superar situações de conflitos doméstico e familiar.



Atuação em Sustentabilidade

Para sua atuação na área socioambiental, a FEBRABAN conta com uma comissão composta por 30 bancos associados, e Grupos de Trabalho a ela vinculados, além da Comissão Intrasetorial de Sustentabilidade, que reúne entidades representativas de diferentes segmentos do setor financeiro.

Em 2020, a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) passou a integrar a Comissão, unindo-se aos demais participantes: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e FEBRABAN.

Em dezembro de 2020, a FEBRABAN aprovou a sua Política de Sustentabilidade, que visa promover as melhores práticas internamente e entre suas partes interessadas e, ao mesmo tempo, incentivar um olhar para o tema pela ótica da oportunidade, consolidando, por meio da liderança pelo exemplo e pela ação, o protagonismo da Federação no aprimoramento do sistema financeiro e na transição para uma economia de baixo carbono.

A Política é composta por três princípios e seis diretrizes estratégicas de atuação, que formalizam compromissos assumidos pela FEBRABAN.

Além dos princípios, diretrizes e compromissos, foram elaborados indicadores visando assegurar a implementação da Política no dia a dia da Federação, que serão monitorados internamente de acordo com a governança estabelecida no documento.

- ▀ Transversalidade
- ▀ Racionalização
- ▀ Otimização



Ética e transparência



Valorização da diversidade



Eficiência ambiental



Gestão sustentável de fornecedores



Produção de conhecimento



Protagonismo setorial

SETOR BANCÁRIO E FINANÇAS VERDES

Destacam-se, a seguir, as principais iniciativas, estudos e realizações da FEBRABAN, em 2020, para instrumentalizar a integração entre negócios e sustentabilidade, por meio do direcionamento de recursos intermediados pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Taxonomia Verde

Em 2020, a FEBRABAN, com o apoio técnico da consultoria SITAWI, finalizou a revisão de sua **Taxonomia Verde**.

O volume de crédito bancário destinado a setores da economia verde é mensurado pela FEBRABAN desde 2015 (com dados retroativos a partir de 2013). Em 2019, iniciou-se o desenvolvimento de novo formato e escopo para esse projeto, concluído em 2020. Foram revisadas as classificações de todas as atividades, a partir do CNAE (Código Nacional de Atividades Econômicas e de referências internacionais. Ainda, foi adicionada à pesquisa uma categoria com os setores de maior exposição aos riscos climáticos, conforme classificação apresentada nas recomendações da TCFD – Task Force on Climate-related Financial Disclosure, do Financial Stability Board.

Em relação aos dados de crédito, estes passaram a ser coletados diretamente de bases oficiais, por meio de um conjunto de dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil. Essas alterações possibilitaram o levantamento de informações de todo o sistema bancário e permitiram a realização de análises regionais.

Antes de sua aprovação, a Taxonomia Verde da FEBRABAN foi colocada em consulta pública e foi realizado um webinar para apresentação da nova classificação. Foram recebidas 55 contribuições, provenientes de 17 instituições, entre elas bancos, associações setoriais, empresas do setor industrial, UNEP-FI e Banco Central do Brasil.

A nova taxonomia contém três categoriais - “Economia Verde”, “Exposição às Mudanças Climáticas” e “Exposição ao Risco Ambiental” – de forma complementar, classifica os programas e as linhas de financiamento federais para agricultura sustentável e energia renovável.

As principais mudanças da nova Taxonomia em relação à metodologia anterior, são apresentadas na publicação: **Guia Explicativo da Taxonomia Verde**.

Sustentabilidade e Mudanças Climáticas – Recursos Intermediados pelo Setor Bancário no Brasil

O relatório, desenvolvido com o apoio técnico da PUC-Rio – a partir de informações do Sistema de Informações de Crédito (SCR) disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil e da Taxonomia desenvolvida pela FEBRABAN – apresenta a caracterização dos fluxos de crédito para os setores da “Economia Verde”, “Exposição às Mudanças Climáticas” e “Exposição ao Risco Ambiental” em 2019 e 2020.



Em dezembro de 2020, dos R\$ 1,73 trilhão do saldo da carteira de crédito para clientes pessoa jurídica, **R\$ 376 bilhões** foram utilizados em operações destinadas a atividades classificadas como Economia Verde, de acordo com a metodologia desenvolvida pela **FEBRABAN**. Esses valores equivalem a **21,75%** do montante, patamar semelhante ao verificado em 2019, de **22,48%**.



Para conhecer o relatório na íntegra acesse [aqui](#).

Implementação das Recomendações da TCFD/FSB

A FEBRABAN elaborou em 2018, com apoio técnico da SITAWI, um plano de ação para orientar o setor bancário na implementação das recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) do Financial Stability Board (FSB). O plano vem sendo implementado desde então, com avanços importantes.

Em 2020, entre as atividades realizadas no âmbito desse projeto, destacam-se as publicações relacionadas a seguir.

- **Guia sobre mensuração de emissões de GEE no setor bancário**, que possibilita às instituições financeiras a análise de clientes/projetos na concessão do crédito em relação aos riscos climáticos.
- **Acompanhamento da implementação do Roadmap TCFD/FSB pelo setor bancário brasileiro**, que traz informações sobre as ações realizadas pela FEBRABAN e pelos bancos em 2020; e a agenda TCFD no setor financeiro internacional, a fim de atualizar referências a serem utilizadas no contexto nacional.

Treinamento sobre Gestão de Riscos de Desmatamento e Oportunidades

Realizado em parceria com a UNEP-FI, por meio do Good Growth Partnership, o treinamento também contou com o apoio da ABDE e da ABBC. Ao longo dos quatro módulos, foram capacitados 83 participantes de 22 instituições financeiras.

Nas aulas, em formato on-line, foram apresentados cases, ferramentas e exercícios práticos sobre gestão do risco de desmatamento e oportunidades.

Treinamento em sustentabilidade

Com o objetivo de disseminar conteúdos orientadores para os bancos associados sobre sustentabilidade, gestão de riscos climáticos e socioambientais, em 2020, em versão remota, foram realizados treinamentos sobre impactos das mudanças climáticas em setores selecionados, atividade parte do Roadmap TCFD (setores energético, agrícola e mineração), com participação de aproximadamente 60 pessoas.



Para saber mais sobre a pesquisa, clique [aqui](#).

Pesquisa sobre a importância da Amazônia para o Brasil, os brasileiros e o mundo

A Amazônia está no centro da nossa vantagem competitiva e contribuir para sua preservação é um compromisso para garantir a expansão da economia brasileira, com sustentabilidade.

O Observatório FEBRABAN fez, em agosto de 2020, uma pesquisa inédita para saber o que os brasileiros pensam sobre a Amazônia.

Trata-se do mais amplo estudo de percepções, atitudes e valores dos brasileiros sobre a Amazônia, acrescentando-se o ineditismo da comparação entre o conjunto dos cidadãos do País e a população residente na Amazônia Legal (área definida em 1966, abrangendo todos os estados da região Norte, mais Mato Grosso e parte do Maranhão, e que corresponde a 60% da floresta).

O Observatório FEBRABAN sobre a Amazônia mostra que a população está preocupada com a preservação do meio ambiente e tem elevada consciência sobre sua importância para o País: 83% dos brasileiros defendem, por exemplo, o endurecimento das medidas contra o desmatamento ilegal.

EMISSÃO DE TÍTULOS E FINANCIAMENTOS VERDES

Os títulos verdes (green bonds) são utilizados para captar recursos com o objetivo de implantar ou refinarar projetos que tenham atributos e impactos positivos do ponto de vista ambiental e/ou climático.

O mercado brasileiro de títulos verdes conta, além de emissores e investidores, com agentes de avaliação externa, que atestam, por meio de parecer independente, os atributos ambientais positivos dos projetos.

Os bancos brasileiros também têm captado recursos por meio da emissão de títulos verdes, e estruturaram programas de financiamento sustentáveis, tanto vinculados à destinação específica do crédito, como às taxas de juros negociadas de acordo com o cumprimento de indicadores ESG pré-acordados com o cliente.

Em 2020, vimos crescer também áreas dedicadas aos aspectos ESG nos bancos e nas suas gestoras de ativos, incorporando a análise desses aspectos ambientais, sociais e de governança de forma integrada no seu portfólio.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou em 2020, com apoio da Federação e diversos parceiros, uma plataforma digital que pretende reunir informações sobre as emissões de títulos verdes feitas na América Latina e no Caribe para estimular o desenvolvimento desse mercado por meio da uniformização e padronização dos reportes de dados.

As operações rotuladas como sustentáveis cresceram substancialmente em 2020 em relação aos anos anteriores, seja por meio de emissões de títulos seja por meio de financiamento.

Em relação às iniciativas de normatização desse mercado, a FEBRABAN continua monitorando e participando do desenvolvimento da norma internacional da ISO sobre títulos verdes, a futura ISO 14030, sob a coordenação do Comitê Técnico da ISO, denominado TC 207/SC04, estabelecido em julho de 2017.

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a organização credenciada na ISO para elaboração desse projeto. A FEBRABAN possui parceria com a ABNT para acompanhamento do processo e colabora como membro da Comissão de Estudos do Brasil, instituída pela associação.

A série ISO 14030 será composta por quatro partes (três que já estavam previstas inicialmente e a quarta, aprovada em 2018, sobre financiamento verde, ou green loans):

- ISO 14030-1 – Processo para Emissão de Títulos Verdes
- ISO 14030-2 – Processo para Financiamentos Verdes
- ISO 14030-3 – Taxonomia
- ISO 14030-4 – Verificação

A publicação da norma está prevista para o final de 2021.

Segundo a SITAWI, em dezembro de 2020, o Brasil somava mais de **50 emissões sustentáveis e verdes** no mercado de valores mobiliários, totalizando captação de mais de **US\$ 11 bilhões**.



Para saber mais sobre a Green Bond Transparency Platform, acesse <https://www.greenbondtransparency.com>.



CAFÉ COM SUSTENTABILIDADE

Discutir aspectos relevantes relacionados à responsabilidade socioambiental e seus impactos sobre os negócios, a sociedade e o meio ambiente é um dos principais objetivos do programa Café com Sustentabilidade.

Na 58ª edição, realizada via webinar em 2020, especialistas destacaram o potencial do País para ser protagonista mundial em economia verde, e debateram o papel do setor bancário no desenvolvimento de uma economia mais resiliente, tanto do ponto de vista regulatório como do ponto de vista voluntário.

O webinar “Rumo a um sistema bancário mais verde: a experiência brasileira”, realizado em parceria com o Bank for International Settlements (BIS) e Banco Central do Brasil (BCB), está disponível na íntegra na plataforma <https://noomis.febraban.org.br>.



Todas as edições estão disponíveis em
cafecom sustentabilidade.febraban.org.br.

Instituto FEBRABAN de Educação (INFI)

Acompanhando as tendências e transformações no mercado, o INFI se reposicionou frente ao cenário de pandemia e revolução tecnológica e digital. O novo momento exigiu adaptação, principalmente com a necessidade da virada de todos os conteúdos para o formato webinar, nova plataforma educacional, aprovação de investimentos para estruturação de conteúdos estratégicos em EAD que promovam o crescimento em conteúdos digitais e novas parcerias e canais que alavancaram a distribuição e volume de negócios. Além da atuação mais direcionada junto às comissões técnicas da FEBRABAN, disponibilizando conteúdos sobre temas estratégicos do setor financeiro.

Durante o ano de 2020, foram realizados, via webinar e no formato on-line e EAD, cursos e treinamentos, ministrados por renomados especialistas do mercado, CEOs e executivos, sobre temas inovadores que atendem às reais necessidades de atualização profissional de colaboradores de bancos e instituições financeiras, bem como programas segmentados, voltados a gestores e líderes.

Em 2020, foram capacitados e/ou certificados 44 mil profissionais em 141 cursos livres, 69 In Company e 22 Lives e Summits, nos quais foram tratados temas relacionados a 18 áreas de conhecimento: Cursos Preparatórios para Certificação, Controles Internos, Compliance, Prevenção à Fraude e

Segurança Digital, Gestão de Riscos, Finanças, Contabilidade e Economia, Estratégia de Negócios, Gestão de Projetos e Processos, Crédito e Cobrança, Tecnologia, Inovação e Cultura Digital, Ouvidoria e Relacionamento com o Consumidor, Educação Financeira, Produtos Financeiros, Auditoria, Agronegócio e Comportamental e Autodesenvolvimento.

Destaca-se ainda o lançamento do Projeto Somamos – Rede de Inclusão pela Diversidade, resultado da evolução do Programa FEBRABAN de Educação para Diversidade (criado em 2018), para desenvolver capacitação profissional gratuita a jovens afrodescendentes, melhorar a formação e ampliar as oportunidades no mercado de trabalho, especialmente no setor financeiro.

Essa iniciativa já capacitou doze turmas em São Paulo (2018-2019), onde dos 321 jovens formados, 191 terminaram o curso já empregados em companhias do segmento financeiro, da indústria e do setor de serviços; e em Salvador, onde 61 integrantes do Projeto Conexão Negra se formaram no Módulo Empresarial em 2020.

Além disso, mais de 120 jovens foram capacitados em diversos temas, participando gratuitamente de cursos livres e Summits ministrados ao longo do ano, como um piloto que visa promover acesso e formação continuada.

Em 2020, foram capacitados e/ou certificados



44 mil profissionais
141 cursos livres
69 In Company
22 Lives e Summits.

O projeto do novo INFI prevê para 2021 dobrar a volumetria de alunos, ultrapassando 100 mil profissionais capacitados e/ou certificados, com altos índices de satisfação e NPS (Net Promoter Score) de alunos, contribuindo ativamente em um momento de cenário global complexo, incerto e altamente competitivo.



Para saber mais, acesse www.infi.com.br.

CERTIFICAÇÃO

O INFI oferece cursos preparatórios e certificação para diversos segmentos com o objetivo de aprimorar as competências de seus participantes.

Ao longo de 2020, mais de 38 mil pessoas obtiveram certificação, entre elas correspondentes e profissionais das áreas de ouvidoria, agronegócio e suitability, sendo esta última um produto pioneiro do setor com vistas a capacitar a rede de agências para a oferta adequada de produtos aos clientes.

O INFI, em parceria com a entidade internacional Association of Certified Anti-Money Laundering Specialists (ACAMS), mantém o curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, com certificação que atende às exigências internacionais. Em 2020, foram realizadas quatro turmas com 86 participantes.

Vale destacar ainda a Certificação em Câmbio, aplicada exclusivamente em projetos In Company, com o objetivo de capacitar profissionais no início da carreira e certificar aqueles que já estão na etapa de atualização e aprimoramento. Em 2020, esse projeto capacitou 175 alunos e certificou mais de 60 profissionais.



Para saber mais, acesse
www.certificacaofebraban.org.br.

PRÊMIO INFI-FEBRABAN DE ECONOMIA BANCÁRIA

A entidade estimula a produção de trabalhos técnicos e acadêmicos, principalmente por meio do Prêmio INFI-FEBRABAN de Economia Bancária.

O Prêmio faz parte do compromisso da FEBRABAN de incentivar o debate e a pesquisa acadêmica sobre temas relacionados ao mercado financeiro e à economia bancária.

A iniciativa vai ao encontro com a experiência internacional, que tem mostrado que o desenvolvimento econômico e social depende da existência de um setor financeiro saudável, ético e eficiente.

Em 2020, em particular, o número de inscrições teve redução, provavelmente ocasionada pela pandemia.

A 12ª edição do Prêmio contou com quatro trabalhos inscritos em três categorias: a) dissertações, teses e artigos acadêmicos; b) monografias de mestrado; e c) categoria especial – educação financeira. Tiveram como temas: regulação do setor bancário; evolução recente do crédito no Brasil e sua importância para o crescimento econômico; taxas de juros e spread bancário; inclusão financeira e bancarização; inovações da era digital e seus impactos sobre o setor; entre outros.



Para saber mais, acesse
<https://economia.febraban.org.br>.



Créditos

COORDENAÇÃO GERAL

Marketing FEBRABAN

DESIGN E REVISÃO

TheMediaGroup

REDAÇÃO

Rose Jordão

MTB 34097/2002